



Boletim 233 do WRM
Movimento Mundial pelas Florestas
Setembro 2017

A luta pela terra, florestas e vida: diga não às monoculturas industriais de árvores!



Nossa opinião: As mulheres dizem: “Queremos nossas terras de volta!”	3
A FERONIA na República Democrática do Congo : assédio, violência e opressão.....	5
Eucalipto e o veneno silencioso: expansão da monocultura de eucalipto no extremo sul da Bahia, Brasil	8
As plantações da SOCFIN na África : no mínimo, irresponsáveis, mas sobretudo violentas e destrutivas	14
A invasão verde: promovendo plantações na Índia	20
Plantações industriais de teca no Equador : ocupando e devastando terras férteis e fontes de água.....	25
A lavagem verde continua: o FSC certifica plantações industriais de árvores como se fossem florestas e a RSPO certifica plantações de dendezeiros como se fossem sustentáveis	30
República do Congo : “Hoje em dia, as plantações da ATAMA são uma fonte de insatisfação para as comunidades locais e para toda a nação”	36



Árvores Frankenstein: plantações de árvores transgênicas ameaçam florestas e comunidades	41
Aviões voando com óleo de dendê?	44
São as empresas de óleo de dendê que devem ganhar com os planos da OACI para os “combustíveis alternativos”	44
Argentina: nova lei promove plantações de monoculturas de árvores na província de Córdoba	47

Recomendados

Dia Internacional de Luta contra as Plantações de Monoculturas de Árvores .	52
Estudo mostra impacto prejudicial do eucalipto sobre ecossistemas aquáticos	52
O governo do estado de Karnataka, na Índia , proíbe plantar eucaliptos e acácias devido ao impacto sobre os níveis das águas subterrâneas.....	52
Uma revista das e para as comunidades afetadas pelas plantações SOCAPALM, e para elas.....	53



A luta pela terra, florestas e vida: diga não às monoculturas industriais de árvores!

Nossa opinião:

As mulheres dizem: “Queremos nossas terras de volta!”



As grandes plantações de monoculturas “roubam tudo o que as mulheres possuem, enquanto tomam as terras agrícolas e as florestas das quais as mulheres dependem para sua subsistência e para alimentar suas famílias”. Essa citação faz parte da declaração final de um encontro organizado em Port Loko, Serra Leoa, em agosto de 2017, que reuniu mulheres das regiões do Norte, Sul e Leste do país, juntamente com representantes de Camarões, Libéria e Guiné. (1)

O encontro teve como objetivo proporcionar um espaço para compartilhamento, intercâmbio e denúncia sobre suas experiências específicas, em um momento em que as mulheres enfrentam uma expansão alarmante das plantações industriais de dendezeiros na África Ocidental e Central. O agronegócio multinacional, apoiado por governos e forças de segurança, tem ocupado milhões de hectares de terras que pertencem a comunidades, sob a falsa promessa de trazer o chamado “desenvolvimento”. Essa ocupação e essa imposição geraram consequências desastrosas para as comunidades, as mulheres e seus ambientes.

As mulheres explicaram como as empresas tomaram e destruíram a maior parte de suas terras e florestas enquanto desviavam rios próximos para irrigar os dendezeiros. Elas também falaram do assédio, do controle sistemático e da violência que enfrentam por parte da polícia e de seguranças das empresas, se forem encontradas entrando nas áreas de plantação ou se forem pegas com frutos de dendê. Elas são acusadas de roubar, embora venham usando produtos de dendezeiros tradicionalmente há gerações. As mulheres também denunciaram que a expansão das plantações aumentou a “violência sexual, como estupro e outros tipos de assédio, fazendo com que as mulheres sejam impedidas de se movimentar livremente e tenham medo de deixar suas casas ou de ir trabalhar.”



No entanto, contra todas as probabilidades e apesar do abuso e da criminalização das mulheres que denunciam os impactos das plantações, elas continuam resistindo a essas empresas e seus aliados, com o objetivo de recuperar suas terras e florestas.

Porém, as histórias compartilhadas pelas mulheres que participam do encontro em Serra Leoa não são isoladas. As comunidades tradicionais e dependentes da floresta em todo o mundo, seja na Ásia, na América Latina ou na África, cujas terras e tradições foram roubadas por empresas de plantações, têm relatos semelhantes de resistência, criminalização e opressão.

Mais uma vez, o WRM se une ao Dia Internacional de Luta contra as Plantações de Monoculturas de Árvores (21 de setembro) como forma de fazer com que sejam escutadas as muitas histórias e vozes das comunidades locais contra as plantações industriais. Essas vozes são silenciadas principalmente através da repressão e de violência estrutural e racismo impostos desde a época colonial – repressão, violência e racismo que são reforçados pelos poderes econômicos e políticos enraizados na continuação e na expansão dessa indústria destrutiva. Os governos, os sistemas de certificação, as empresas de celulose e papel, bem como de energia da biomassa e carbono, especuladores de terras, banqueiros, agências de ajuda ao desenvolvimento, agências internacionais de silvicultura, a grande mídia, entre outros, são todos parceiros e compartilham a responsabilidade.

As mulheres de Serra Leoa declararam que querem suas terras e florestas de volta “*para proporcionar meios de subsistência que possibilitem uma vida boa, saudável e digna para as comunidades*”. Este boletim, lançado no âmbito do 21 de setembro, espera apoiar a ruptura do círculo de “silêncio” forçado. Portanto, é dedicado às muitas vozes e histórias que resistem à expansão das plantações industriais no mundo todo.

(1) Leia a Declaração de Port Loko aqui: <http://wrm.org.uy/pt/acoes-e-campanhas/port-loko-declaration-women-say-we-want-our-lands-back/>



A FERONIA na República Democrática do Congo: assédio, violência e opressão



As plantações de dendezeiros administradas pela empresa canadense de agronegócio FERONIA Inc. têm sofrido oposição de residentes locais desde que foram estabelecidas pela proprietária anterior, a multinacional de alimentos Unilever. Têm ocorrido regularmente incidentes de abuso e conflitos violentos decorrentes das plantações de dendezeiros da empresa na RDC. Em 2015, sete crianças ficaram órfãs depois que a polícia matou seus pais, pigmeus indígenas, por pegarem alguns frutos de dendê das plantações para alimentar seus filhos.

A FERONIA Inc., de propriedade majoritária da CDC – instituição financeira do governo do Reino Unido – e de outros bancos de desenvolvimento europeus e norte-americanos, ocupa mais de 100 mil hectares de terras disputadas na RDC para as plantações de dendezeiros. A empresa afirma possuir arrendamentos legais e renováveis de 25 anos para todos os terrenos usados nas plantações de dendezeiros adquiridas com a compra da Plantations et Huileries du Congo (PHC) da multinacional Unilever em 2008. No entanto, resultantes de uma história da ocupação colonial, as terras das plantações da Unilever na bacia do Congo não foram devolvidas aos seus habitantes. Em vez disso, foram vendidas com lucro para um novo lote de empresas, entre as quais estava a FERONIA (ver artigo no [Boletim 224 do WRM](#), maio-junho de 2016).

A empresa ocupa uma terra essencial para o sustento dos moradores locais e não paga salários nem fornece serviços básicos decentes, deixando-os com poucas alternativas que não seja trabalhar nas plantações da própria empresa, em condições extremamente precárias. Como exposto por um relatório divulgado em 2016 por organizações africanas, europeias e internacionais, (1) em setembro de 2015, a CDC declarou que os salários médios dos trabalhadores das plantações da FERONIA foram aumentados em 70%, chegando a uma média de 4 dólares por dia após ela investir na empresa em 2014. No entanto, os recibos de pagamento dos trabalhadores “superiores” (*manouvres supérieurs*) das plantações de Lokutu – onde está uma das três plantações da FERONIA na RDC – mostram que os salários permaneceram



em apenas 2 dólares por dia em todo o ano de 2015. Além disso, a remuneração dos trabalhadores diaristas, que constituem a grande maioria na plantação da FERONIA, é ainda mais baixa – não mais do que 1,25 dólar por dia, abaixo do salário mínimo nacional de 1,75 dólar por dia para um trabalhador manual. É amplamente reconhecido que o salário mínimo atual é insuficiente para cobrir o custo de vida básico na RDC. O problema dos baixos salários é agravado em muito porque a empresa deixa de pagar salários em dia com frequência. Os trabalhadores também relataram que uma parcela de seus salários é paga em produtos como óleo de dendê refinado e sabão. Depois, o valor desses produtos é descontado de seus salários de acordo com os preços de mercado em Kinshasa, se e quando os salários forem pagos.

Para piorar essa tremenda injustiça, os agentes da Polícia Nacional Congolesa prendem rotineiramente os moradores por estarem de posse de algumas poucas frutas de dendê, mesmo que existam dendezeiros naturais nos arredores de seus povoados. Em março de 2017, durante um encontro organizado pela organização congolesa RIAO-DRC em Brazzaville, as delegações das comunidades da área de plantações de Boteka relataram que dois pigmeus indígenas foram assassinados e vários outros ficaram feridos.

Segundo as alegações feitas pelos membros da comunidade (2), em 7 de março de 2015, quando Jeudi Bofete Engambi, trabalhador das plantações da FERONIA em Boteka que morava no campo de trabalhadores de Bokula, voltou do trabalho, houve uma disputa entre ele e Thethé Mputu Ikeke, sua esposa. Ela insistiu em ter com o que alimentar seus sete filhos. O marido disse à esposa que ficasse satisfeita com os poucos frutos de dendê que ele lhe dera para cozinhar, já que a empresa havia proibido os trabalhadores de pegar qualquer dendê – um ingrediente essencial na cozinha local. Os seguranças da empresa supervisionam estritamente essas restrições.

Um membro da segurança da FERONIA, chamado Mokase, relatou a disputa do casal ao comandante da Polícia Nacional Congolesa (PNC) responsável pela área da FERONIA. Jeudi Bofete Engambi foi convocado ao posto da PNC em Boteka, onde foi duramente espancado por causa dos frutos. Ele foi levado ao hospital em Boteka como resultado do abuso e morreu no dia seguinte, em 8 de março de 2015.

Thethé Mputu Ikeke e membros da família levaram o corpo do falecido aos guardas da empresa em Boteka como forma de protesto. Por causa da aglomeração, a PNC os dispersou com tiros e ela foi baleada e morreu, deixando sete crianças órfãs. Outros ficaram gravemente feridos.

Mas esse não é um caso isolado. As pessoas que usam a estrada perto de uma plantação da FERONIA já denunciaram, em 2013, que policiais controlam a estrada e confiscam sistematicamente equipamentos para o processamento de óleo de dendê. Os moradores das áreas em torno das plantações disseram que também possuem dendezeiros e que o uso que fazem dos produtos é tradicional. (3) Em 2014, a prisão e a tortura de quatro pessoas por supostamente roubar frutos de dendezeiros provocaram três dias de confrontos



entre a polícia e os moradores da cidade de Lokutu e do povoado de Yambi Enene. (4)

Como mostrou o relatório de 2016 mencionado acima, desde janeiro de 2013, a FERONIA recebeu 118 milhões de dólares de instituições de financiamento ao desenvolvimento (IFDs) da Europa e dos Estados Unidos. A CDC do governo britânico possui atualmente 67% das ações da FERONIA. O African Agricultural Fund (AAF) – uma empresa com sede nas Ilhas Maurício que gerencia os investimentos das IFDs da França e da Espanha, bem como bancos multilaterais, como o Banco Africano de Desenvolvimento – investiu 27,5 milhões de dólares na FERONIA desde 2012, e atualmente possui cerca de 26% da empresa. Em dezembro de 2015, várias outras IFDs europeias, da Alemanha (DEG), dos Países Baixos (FMO) e da Bélgica (BIO), bem como um consórcio de outros investidores em IFDs que participam de um fundo de infraestrutura, comprometeram-se a emprestar à Plantations et Huileries du Congo, empresa de plantações subsidiária da FERONIA na RDC, mais 49 milhões de dólares, após “um processo abrangente de ‘devida diligência’”. Como teve perdas de vários milhões de dólares em todos os anos de sua existência, a FERONIA contava com essas injeções por parte das IFDs para manter suas operações.

Além disso, o relatório mostra que há fortes evidências de que a FERONIA realizou ações que não só vão contra os objetivos e as diretrizes da CDC e de outros proprietários de IFDs, mas podem estar infringindo as leis nacionais da RDC a que a FERONIA e suas diversas subsidiárias estão submetidas. Essas ações aconteceram antes e depois do envolvimento financeiro significativo das várias IFDs.

Os governos das IFDs que deram financiamento à FERONIA devem fazer uma investigação completa e aberta sobre as operações da empresa, com total transparência. As reivindicações da comunidade pela devolução de suas terras, as indenizações relativas à ocupação ilegal de terras e florestas desde 1911 e ao uso de trabalho forçado e violência nas plantações da empresa por muito tempo devem ser encaminhadas imediatamente.

RIAO-RDC, GRAIN e WRM

(1) Land conflicts and shady finance plague DR Congo palm oil company backed by development funds, <http://wrm.org.uy/other-relevant-information/new-report-land-conflicts-and-shady-finances-plague-dr-congo-palm-oil-company-backed-by-development-funds/>

(2) *Sur L'exécution Sommaire A Boteka D'un Couple De Peuple Autochtone (Pygmees)*, 3 de maio de 2017, RIAO – RDC.

(3) <http://www.radiookapi.net/actualite/2013/02/06/province-orientale-la-societe-civile-de-luete-accuse-les-policiers-dextorquer-les-biens-de-la-population>

(4) <http://www.radiookapi.net/actualite/2014/10/06/reprise-des-activites-apres-des-accrochage-entre-policiers-populations-lokutu>



Eucalipto e o veneno silencioso: expansão da monocultura de eucalipto no extremo sul da Bahia, Brasil



O processo de transformação territorial no Extremo Sul da Bahia dialoga e se entrelaça com a questão agrária no Brasil. Assenta-se na estrutura fundiária extremamente desigual que se mantém desde os tempos do Brasil colônia, mas que se acentua recentemente com a imposição de um único modo de produção extensivo e intensivo em terra, água, agrotóxicos, insumos químicos, maquinaria de grande porte e biotecnologia: o agronegócio e, em especial, uma das suas faces: a monocultura de eucalipto que abastece enormes fábricas de celulose.

Eucalipto, agrotóxicos e a manipulação ideológica

A monocultura de eucalipto para produção de celulose abriga em si, disfarçadamente a utilização de agrotóxicos. Os agrotóxicos são os produtos químicos que, depois das duas grandes guerras mundiais e junto com outras matérias e produtos, foram desviados de suas funções iniciais. Os materiais explosivos ganharam status de adubos sintéticos e nitrogenados; os gases mortais se transformaram em agrotóxicos; e os tanques de guerra em tratores (1). Assim, na segunda metade do século XX, a Revolução Verde foi lançada com o argumento de (que prometia) aumentar a produção agrícola para acabar com a fome. O que não está claro é o motivo das monoculturas de árvores, como eucalipto, está ligado ao projeto de acabar com a fome, visto que eucalipto não se come!

No Brasil, esse processo dialoga com o Plano de Metas do governo brasileiro na época pós-2ª Guerra Mundial que com ‘auxílio’ dos Estados Unidos, incluiu a modernização da agricultura, por exemplo, a fabricação de tratores dentro da meta da indústria automobilística, e os agrotóxicos como meta das indústrias de base, visto que “as metas deveriam ser definidas e implementadas em estreita harmonia entre si, para que os investimentos em determinados setores pudessem refletir-se positivamente na dinâmica dos outros” (2)



Enquanto o governo do Brasil criava estratégias que justificassem o uso destes produtos, incrementado a partir do golpe militar em 1964, Rachel Carson, uma biologia-escritora dos EUA, alertava no mesmo ano através do seu livro *Primavera Silenciosa*, sobre as consequências nefastas destes produtos. Segundo ela, trata-se do ataque mais alarmante dos ataques do ser humano para com o meio ambiente, representando a contaminação do ar, do solo, dos rios e dos mares por materiais perigosos e letais. É uma poluição irrecuperável, visto que as substâncias criadas pela mente humana não são absorvidas pela natureza e os males oriundos dos produtos químicos atuam em cadeia e em todos os tecidos vivos e são irreversíveis. Além disso, segundo Carson, a suposta necessidade de criar cada vez mais substâncias é fruto dela mesma, pois os insetos, atendendo ao princípio da sobrevivência, criam resistências a determinada substância usada, fomentando a descoberta de mais substâncias ainda mais potentes e letais. (3)

Tendo como norteador o chamado Plano de Metas, o Brasil ingressou na era da modernização agrícola conservadora que dá sustentação á violenta e perversa implementação do capitalismo no campo. Nesta perspectiva, os venenos chegaram ao Brasil, envolvidos pelo chamado “desenvolvimento”. O campo deixaria de ser atrasado. É o pacto entre os diversos setores da economia que se unem e promovem o que mais tarde passou a ser convencionalizado de agronegócio e ovacionado pela ciência, pela mídia e pelos políticos. Só o consumo das herbicidas, os mata-mato, aumentou em 5.400 por cento de 1965 a 1979. O agente laranja, 2,4-D quando usado como arma química, para matar milhões de pessoas na guerra dos EUA em Vietnã, Laos e Camboja nos anos 1960, já estava sendo utilizado amplamente no Brasil. O Banco da Amazônia financiava semanalmente cerca de 50 mil litros para ser usados na Amazônia e no Cerrado, especialmente por empresas alemãs e norte-americanas. (4).

Na década de 1970, o Ministério da Agricultura destinava 20 por cento do custeio agrícola para as empresas de agrotóxicos sob o argumento de serem produtos necessários para produzir alimentos. O Plano Nacional de Desenvolvimento Agrícola, (PNDA), além de financiar, exigia o uso de agrotóxicos resultando na ampliação das indústrias do setor de agrotóxicos de 14 fábricas em 1974 para 73 em 1985 (5). Vale destacar os laços estreitos entre a ditadura militar e grandes empresas de agrotóxicos. Por exemplo, o Ministro da Agricultura na época, Nestor Jost, assumiu seu cargo quando ainda era Presidente do Conselho de Administração da multinacional alemã da indústria química, a BAYER, e utilizava recursos financeiros do Estado para participar de reuniões da empresa (6).

Eucalipto e chuvas de veneno

Quem percorre regiões ocupadas com eucaliptais não imagina o perigo que se abriga no silêncio dos eucaliptais: os produtos químicos sintéticos com funções distintas para manter e aumentar os lucros de empresas transnacionais.

Os problemas associados ao uso de agrotóxicos na monocultura de eucalipto são encontrados em diversas regiões. Em João Lisboa, no Estado do Pará, em



1995, o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, junto com alguns vereadores, denunciaram através de um relatório a contaminação de agrotóxicos em áreas de plantações de eucalipto da Celmar S/A, no distrito de Varjão dos Crentes. Uma equipe da Universidade Federal do Maranhão detectou a falta de uso dos equipamentos de segurança. Na relação de produtos fornecida pela Celmar constava o Bromex, (nome comercial) que é Brometo de metila, proibido na Europa, e DMA 806, que é o 2,4D. Outros produtos altamente tóxicos encontrados foram Garlon 480, (triclopir) e Goal BR, (oxifluorfem). O relatório destaca a falta de testes específicos que permitissem verificar possíveis nocividades e agressões. (7)

Em 2003, o Jornal Século Diário no estado do Espírito Santo divulgou a denúncia do médico e doutor em Ciências da Saúde, Luiz Henrique Borges, chefe do Departamento de Saúde Coletiva da Emescam, sobre o lançamento anual de 1.839 toneladas de agrotóxicos despejados como coquetel de venenos pela Aracruz Celulose, a atual FIBRIA, em apenas dois municípios, Conceição da Barra e São Mateus (8).

No parecer técnico número 138 de 1995, para licenciar a empresa Veracel Celulose no estado da Bahia, o glifosato e o sulfluramida, os principais venenos utilizados, foram tratados como atóxico, sem efeito para o ambiente e as pessoas. Porém, os índios da etnia Pataxó, trabalhadores e comunidades rurais, em diversas oportunidades denunciaram os venenos. Em 2011, nas audiências públicas que tratavam da licença de ampliação da Veracel Celulose, as pessoas presentes diziam claramente NÃO à ampliação dos plantios. O argumento principal utilizado era o uso ininterrupto de venenos e suas nefastas consequências. Mundialmente, há uma vasta bibliografia que comprova o glifosato e o sulfluramida como substâncias perigosas.

As comunidades do entorno das plantações de eucalipto da empresa Suzano Papel e Celulose e FIBRIA na Bahia também amargam a realidade dos agrotóxicos. Em meados de 2013, seus plantios foram infestados pela lagarta parda ou lagarta desfolhadora do eucalipto. Estas lagartas se transformaram em mariposas e infestou cidades e comunidades (9). Posteriormente as lagartas atacaram também as plantações da Veracel Celulose. O aparecimento de novas pragas é consequência natural do desequilíbrio gerado por monoculturas. Diante disto, as empresas se organizaram e destinaram chuvas de venenos com pulverização aérea para toda a comunidade regional. Esta prática já vem sendo utilizada na monocultura de café. É uma prática perigosa, pois: “menos de 0,1% dos agrotóxicos aplicados nas culturas atingem as pragas-alvo e que, portanto, uma grande quantidade desses produtos é perdida durante o processo de aplicação – causando efeitos adversos para a saúde humana e para a biota benéfica, e contaminando o solo, a água e a atmosfera do ecossistema”. (10)

A Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB) se encarregou de divulgar pela região, através de outdoors e cartilhas, que o controle estava sendo efetuado através de inseticida biológico. Segundo os fabricantes e cientistas contratados seria “(..) específico para lagartas, não oferece risco à saúde do homem e animais” (11). O produto tem o nome comercial DIPEL



(*Bacillus thuringiensis*), do fabricante Chemical-EUA. Mas, no campo, o avião atravessou comunidades e aldeias praticamente todos os dias do ano de 2014 até início do ano de 2016. Os Assentamentos Quilombo I e II, Zumbi dos Palmares, no município de Mucuri, e comunidades de Quilombolas no município de Alcobaça, como Juerana, Aldeia Mucugê, I e II, Craveiro, Nova Esperança e diversas outras começaram a sentir os efeitos dos produtos que banhavam as pessoas, as plantações, rios e lagos da região. Muitas pessoas doentes, e criações como gato, cachorro, galinhas, e plantações de alimentos morrendo.

Os impactados logo descobriram o uso de diversos produtos associados ao DIPEL, ou ‘inseticida biológico’ como propaga seus defensores. O que não quer dizer que não há impactos do ‘inseticida biológico’, mas essa é outra discussão. O certo é que o propagado inseticida inofensivo aparentemente não deu conta do recado visto que necessitou de reforço de uma diversidade de substâncias. Na audiência pública, realizada em Mucuri, no mês de julho de 2016, os trabalhadores sem terra, vereadores e apicultores denunciaram que além do DIPEL, o avião era abastecido com outros produtos. Um dos participantes ressaltou: “a empresa só apresenta o DIPEL na pulverização aérea, mas eles usam mesmo é o Evidence, Thiametoxan e Actare, um produto caro e forte”. Diante disso, o Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia (CEPEDES), buscou informações da Agência de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB) e do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da Bahia (CREA) sobre os produtos utilizados.

Na lista fornecida pelo CREA, referente a 2013, 2014 e 2015, aparece produtos do grupo químico neonicotinóide, derivado da nicotina. O DIPEL aparece na lista de 2014 com 52.857.000 litros. Juntamente com o DIPEL, houve um aumento assombroso de inseticidas do grupo químico neonicotinóide, com mais de 43 milhões de litros. Especialmente Actara, Evidence e Tiamedoxam, (citados pelos trabalhadores do campo e comunidades), sendo que o Tiametoxam contém neonicotinóide e piretróide juntos. A soma destes em 2014, junto com o DIPEL, totaliza 96.022.100 litros. Em 2015, o DIPEL foi reduzido para 7.946.000 litros, mas a quantidade dos produtos do grupo químico neonicotinóide aumentou, e juntos, somaram 153.194.750 litros.

Além do herbicida de princípio ativo Glifosato, as empresas (FIBRIA, Suzano Papel e Celulose e Veracel Celulose) utilizam outras substâncias químicas para controlar o mato. Herbicidas, de princípio ativo oxifluorfen, Isoxazol, Triazolona, Ciclohexenodicarboximida. E inseticidas, formicidas e fungicidas como *Bacillus Thuringiensis* (DIPEL), Cloreto de Benzalconio – Amônio Quaternário, Neonicotinóides (Actara, Evidence 700, Tiametoxam); Organofosforados (Orthene 750 BR); Oxicloreto de Cobre – Inorgânico; Pirazol; Sulfluramida (Mirex) e Trifloxistrobina. Os principais fabricantes são: as alemãs BAYER y BASF, as estadunidenses DOW, GRIFFIN Corporation e MONSANTO, a suíça SYNGENTA e a japonesa SUMITOMO CHEMICAL.



Violações e injustiças em torno do veneno silencioso

Pelo menos dois ou mais ingredientes ativos são necessários na monocultura de eucalipto: um para matar formigas e outro para apaziguar o surgimento do mato ou plantas invasoras como os técnicos nomeiam as poucas espécies de plantas que insistem em romper com o isolamento do eucalipto. Também pode ser usado mais de um componente para cada um desses casos, pois segundo as informações de fabricantes, os produtos vão se tornando ineficazes para o fim já que tanto as plantas como os insetos vão criando resistências. Isso exige maiores doses do mesmo produto ou novas composições e misturas são aplicadas sem tréguas, pois existem áreas de todas as idades para abastecer de forma permanente as fábricas de celulose que funcionam 24 horas por dia.

Assim, verifica-se que não é real a afirmativa de dosagens corretas ou uso seguro. Trata-se da construção de uma imagem positiva com a intenção de ocultar as nocividades dos possíveis efeitos à saúde e ao ambiente. Essa construção demonstra a agressividade da estratégia, reforçada e endossada pela ciência hegemônica, que assegura quantidades adequadas e baixa toxicidade de produtos letais. Mas as pessoas e o ambiente estão sendo envenenadas diariamente, os recursos hídricos contaminados em níveis desconhecidas. Soma-se a isso a escassez de água causada pelo alto consumo d'água pelos eucaliptos de rápido crescimento. O recente surgimento da lagarta parda do eucalipto reforça ainda mais a situação de desequilíbrio do ecossistema levando à mencionada aplicação aérea de uma quantidade e diversidade de produtos químicos ainda maiores.

Neste processo, constata-se que toda essa exploração perversa, incluindo envenenamento da população em especial a população do campo, tem como objetivo produzir celulose para abastecer o Norte global com papéis descartáveis. Constata-se ademais que isso ocorre com o aporte fundamental do Estado e da Ciência construindo um mundo de papel envenenado, que suga a vida, o suor e o sangue da terra. Um mundo que só é possível mediante desigualdades profundas que permite a expropriação violenta, através de grilagem, e a exploração do trabalho humano e, sobretudo, a impunidade na qual os violadores apostam.

Considerações Finais

As pressões intensas do agronegócio continuam até os dias de hoje, resultando, por exemplo, em isenções fiscais e subsídios generosos para as empresas de agrotóxicos e também as de celulose que começaram a se expandir fortemente também na década de 1970. E, do cruzamento das indústrias de celulose com as indústrias de agrotóxicos, nasceu mais tarde o eucalipto transgênico. A empresa Suzano Papel e Celulose, através da empresa de biotecnologia Futuragene, já conseguiu liberação para o plantio comercial em 2015. E, os testes de campo para este uso comercial, em larga escala, já foram iniciados. Isso significa maior consumo de água e maior consumo de agrotóxicos.



Vale destacar também como a história se repete. Desde o golpe político-jurídico-midiático para destituir a Presidenta eleita Dilma Rousseff, aprofundou-se o retrocesso de direitos trabalhistas, enquanto acirra o movimento do agronegócio avançar sobre as terras tradicionais de camponeses, índios, quilombolas. Na Bahia, cerca de 300 famílias foram despejadas de áreas de conflito com a empresa Veracel Celulose. Verifica-se também a investida para enfraquecer os órgãos reguladores e fiscalizadores, como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), responsável por avaliação e reavaliação dos agrotóxicos. Enquanto as indústrias de agrotóxicos e de eucalipto para celulose foram beneficiadas com o golpe civil-militar de 1964, os representantes do agronegócio, que se articula intimamente com a indústria de agrotóxicos, indicou para o Ministério da Agricultura do atual governo, Blairo Maggi. Ele é conhecido nacionalmente como o “rei da soja” e autor do Projeto de Lei 6299 de 2002, conhecida como o Projeto de Lei do veneno, que prevê facilitar a comercialização, utilização, armazenamento e transporte, de agrotóxicos. Há fortes indícios de que o atual golpe, assim como o de 1964 tem como um dos fundamentos fortalecer empresas deste setor, e assim, a história se repete. E, desta vez, como uma farsa desprovida de pudor ou ética.

Diante disto, as condições materiais expostas apontam a necessidade de erradicar o modo de produção baseado em plantação de eucalipto e fábricas de celulose, bem como uma transição do modo de produção de alimentos, de forma monocultural, com uso intensivo de fertilizantes e agrotóxicos, para uma produção de base agroecológica, que garanta territórios livres de agrotóxicos, como alternativa e produção de vida e saúde para todas as pessoas e o ambiente.

*Ivonete Gonçalves de Souza, [ivonetegsouza2017\[at\]gmail.com](mailto:ivonetegsouza2017@atgmail.com)
Mestre em Saúde Pública – ENSP/FIOCRUZ – autora da pesquisa “Eucalipto e o veneno silencioso: expansão da monocultura de eucalipto no Extremo Sul da Bahia. Agrotóxicos, violação de direitos e manipulação ideológica”, 2016.*

Este artigo é baseado num artigo que em sua versão original em português é disponível em <http://racismoambiental.net.br/2017/09/04/desertos-verdes-eucalipto-e-o-veneno-silencioso/>

(1) Dicionário da Educação do Campo, 2012, p. 86

(2) <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/PlanodeMetas>

(3) Carson, Rachel. Primavera Silenciosa, 1962. 1ª edição, São Paulo: Editora Gaia, 2010.

(4) Pinheiro, Sebastião, 1989, A Máfia dos Agrotóxicos no Brasil.

(5) Rigotto, Raquel Maria. ROSA, Islene Ferreira. In: Caldart RS, Pereira IB, Alentejano P, Frigotto G, organizadores. In Dicionário da Educação do Campo, Editora Expressão Popular, São Paulo, 2012

(6) Ibid (4)

(7) FANZERES, Anna. (Coord). Temas conflituosos relacionados à expansão da base florestal plantada e definição de estratégias para minimização dos conflitos identificados, Relatório Final de Consultoria, Programa Nacional de Florestas, Secretaria de Biodiversidade e Florestas, Ministério do Meio Ambiente, Brasília, Março 2005.

(8) Século Diário: Agrotóxicos da Aracruz Celulose: grave problema de saúde pública por Ubervalter Coimbra

(9) <http://g1.globo.com/bahia/jornal-da-manha/videos/v/mariposas-invadem-a-cidade-de-prado-no-sul-do-estado/4306242/> e <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2015/09/infestacao-de-mariposas-intriga-autoridades-de-cidade-do-sul-da-ba.html>

(10) Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador – DSAST – Ministério da Saúde

<http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/files/DSAST.pdf>

(12) www.abaf.org.br/download/laqarta-parda.pdf



As plantações da SOCFIN na África: no mínimo, irresponsáveis, mas sobretudo violentas e destrutivas



Em 2016, o grupo multinacional agroindustrial SOCFIN, controlado pela família belga Fabri (50,2% das ações) e pelo grupo francês Bolloré (39%), anunciou sua política de “gestão responsável”. (1) Essa política diz respeito a padrões ambientais rigorosos em termos de direitos humanos, transparência, Mesa Redonda sobre Óleo de Palma Sustentável (RSPO), boa administração, entre muitos outros. Mas essas palavras são vazias, pois não representam práticas transparentes, responsáveis e respeitadas em relação às comunidades que vivem em torno das áreas de plantação e que vivenciam diariamente o comportamento real da empresa.

Este artigo analisa o que está acontecendo concretamente em alguns dos países onde a SOCFIN promove suas plantações de seringueiras e dendezeiros, revelando a grande distância entre a chamada política de “gestão responsável” e a realidade de violência e destruição em torno dessas plantações, que, com a cumplicidade dos governos nacionais, tentam oprimir a resistência das pessoas.

Nigéria

A Okomu Oil Palm Company PLC é uma empresa nigeriana de plantações industriais de dendezeiros e seringueiras. A Okomu foi fundada em 1976 como empresa estatal, mas, em 1990, a SOCFIN adquiriu parte dela e atualmente possui 63% das ações. Em 1998, pelo menos quatro aldeias foram destruídas e as pessoas, despejadas à força de suas casas e propriedades e das terras cultivadas pela empresa. As quatro aldeias são Owieke, com 25 casas, Agbede, com 31, Lemon, com 15, e Ijawgbini, com sete casas. Uma investigação pública acusou os moradores de serem ocupantes ilegais, embora o mesmo relatório tenha reconhecido que eles já estavam nessas terras antes que a área fosse transformada em Reserva Florestal, em 1912. O decreto florestal de 1935 também afirmou a existência das aldeias antes daquele ano.

Em 2010, outra aldeia – Makilolo – ia ser despejada, mas as pessoas resistiram aos planos de despejo da Okomu. Em resposta, a aldeia foi bloqueada por



forças de segurança que cortaram qualquer acesso ao mundo exterior, como forma de pressão. Inicialmente, a empresa tentou obter apoio das outras aldeias ao despejo de Makilolo por mais de três meses (de 17 de novembro de 2010 a 25 de fevereiro de 2011); depois, tentou forçar os líderes de Makilolo a assinar um acordo com a empresa afirmando que a aldeia ocupa ilegalmente a propriedade da empresa. No final, a empresa conseguiu obter um acordo assinado, mas apenas por um pequeno grupo de pessoas e não por membros da Comunidade de Makilolo.

O acordo afirma que “a Okomu Oil Palm Company é a proprietária legal de todas as terras atualmente usadas ou ocupadas por moradores de Makilolo (...) e todos os ocupantes da aldeia concordaram que não são os proprietários legais da terra e não têm título nem posse dela (...). Mesmo que a Okomu Oil Palm Company seja a proprietária legal e detenha todos os direitos e o título, segundo a legislação nigeriana, ela deve permitir que os moradores de Makilolo permaneçam e realizem suas tarefas diárias na terra aqui definida”. No entanto, a empresa deixou apenas 50 acres [cerca de 20 hectares] como uma “doação” para a comunidade e, além disso, impôs restrições ao uso, como o direito de plantar alimentos. Além disso, o rio da qual a aldeia dependia para seu abastecimento de água ficou contaminado com agrotóxicos devido à plantação de dendezeiros. (2)

Em 2015, em função do caráter duvidoso dos acordos de terra envolvendo a empresa, o governo do estado de Edo, comandado pelo então governador Adams Oshiomhole, ordenou a sua revogação. A decisão foi publicada no diário oficial do estado em 5 de novembro de 2015. A ordem de revogação incluía cerca de 13.750 hectares espalhados pelas reservas florestais de Okomu até a Reserva Florestal de Owan, abrangendo as áreas de governos locais de Ovia Nordeste, Uhumwode e Owan.

Mas até agora, a Okomu desconsiderou a Ordem de Revogação do governo estadual de Edo, militarizou as áreas das comunidades e, sob proteção militar, começou a derrubar incessantemente a floresta para expandir suas plantações de dendezeiros. Como resultado, mais de 20 mil comunidades camponesas e dependentes da floresta foram deslocadas. A aldeia de Okomu, Agbede, o campo de Ik, Makilolo, Lemo, Oweike, Avbiosi, Sobe, Uhiere, Owan, Ugbebezi, Oke-Ora, Ekpan, Oke, Atorumu, Ogbetu, Umokpe, Orhua, Ozalla, Sabo, Odiguetue, Agudezi, Uhumora, Uzeba e Odighi são algumas das comunidades diretamente afetadas. (3)

Em 21 de junho de 2017, apesar de várias tentativas de intimidação por parte de forças de segurança, as comunidades afetadas, os camponeses, as mulheres e grupos da sociedade civil, como ERA/Amigos da Terra – Nigéria, organizaram um grande protesto contra a cumplicidade do atual governador do estado de Edo, Obaseki, em relação às atividades da Okomu.

Serra Leoa

A SOCFIN chegou em Serra Leoa em 2011, prometendo empregos e bolsas de estudo aos habitantes da Chefatura de Malen, no distrito de Pujehun, na



Província do Sul. Mas, em vez disso, impôs pagamentos a proprietários e tomou terras das quais o povo local dependia. Como compensação pelas plantações de dendê (dendezeiros e terras) que as comunidades perderam, a SOCFIN pagou 200 dólares por acre [cerca de meio hectare] por um período de 50 anos. A SOCFIN também paga um Arrendamento Anual de 5 dólares por acre, do qual 50% vai para os proprietários de terras e o resto é pago às autoridades locais e ao governo central. Essas quantias são absolutamente ridículas, considerando que as comunidades poderiam ganhar mais de 200 dólares por acre por ano trabalhando em suas terras. Os poucos membros da comunidade que conseguiram empregos na empresa recebem muito pouco.

A SOCFIN queria tirar as comunidades, mas as pessoas resistiram. Em 2011, foi criada a Organização de Proprietários e Usuários de Terras de Malen (MALOA, na sigla em inglês), depois de 40 proprietários serem presos pela polícia local durante um protesto contra as atividades da SOCFIN. Desde então, membros da MALOA vêm sofrendo intimidações constantes, inclusive com prisões. Há pelo menos cinco ações criminais contra líderes e membros da MALOA, incluindo seis líderes processados em 2013 e onze membros, em 2015. Em todos os casos, os membros da organização ficaram detidos durante vários dias, às vezes, semanas, sem julgamento. Em 4 de fevereiro de 2016, os seis líderes da MALOA foram condenados e receberam uma multa de cerca de 35 mil dólares. A multa draconiana foi paga por meio de uma campanha internacional de arrecadação.

Em 2015, a MALOA registrou cerca de duas mil pessoas da área como membros, mas o processo de registro foi interrompido quando sete desses membros, incluindo alguns encarregados do processo, foram presos em setembro daquele ano por “escrever nomes de pessoas” sem o conhecimento das autoridades locais. Em março de 2017, o Chefe de Gabinete da Presidência entrou em contato com a organização declarando ter ordens do Presidente para abrir um diálogo entre a SOCFIN e as comunidades, mas alguns dos mediadores e pessoas de contato que ele propôs já tinham feito críticas antes a MALOA e outras organizações que se opõem à empresa, o que era inaceitável para a MALOA. Desde então, o chefe de gabinete realizou duas reuniões com representantes da organização, mas parece não haver a vontade política necessária para avançar o diálogo, que ainda está para iniciar.

Mulheres que são membros da MALOA reclamam que as condições de trabalho nas plantações da SOCFIN são ruins, principalmente para elas. Uma trabalhadora, mãe de filhos, declarou que tem que sair de casa às 4:30 da manhã para ir ao trabalho, enquanto seus filhos ficam mal alimentados. Ela reclama que, antes da chegada da empresa, ela conseguia alimentar os filhos com a comida que produzia em seu campo, e com essa renda, conseguia pagar os estudos deles. Agora, o dinheiro que ganha trabalhando nas plantações da SOCFIN é muito pouco para pagar a escola. Além disso, sua própria ausência de casa e, portanto, a falta de atenção a seus filhos criaram outros problemas. As mulheres também sofrem com violência, abusos e prisões. Uma mulher grávida foi presa sob a alegação de ter “roubado” frutos de dendê da empresa.



Os membros da MALOA organizaram ocupações para que o contrato de concessão seja revisto e que haja uma investigação independente sobre suas reivindicações, bem como a implementação das recomendações contidas no relatório sobre a investigação sancionada pela EPA sobre a contaminação do rio Malen por produtos químicos usados pela SOCFIN. Eles também querem o retorno de algumas terras agrícolas e uma indenização adequada por suas terras e cultivos, pois isso significaria uma pequena melhoria em sua situação atual. No entanto, eles sabem que, sem suas terras, a situação nunca será a mesma e, portanto, continuarão a luta até recuperá-las.

Libéria

A SOCFIN vem operando na Libéria desde 1983. Através de suas duas subsidiárias Liberian Agricultural Company (LAC) e Salala Rubber Corporation (SRC), conseguiu ter acesso a quase 130 mil hectares através de concessões de terras, dos quais mais de 18 mil são para plantações de seringueiras (4).

A empresa levou as comunidades a uma situação de extrema pobreza. Em maio de 2006, a Missão das Nações Unidas na Libéria (UNMIL) publicou um relatório que descrevia a grave situação dos direitos humanos nas plantações: trabalhadores infantis menores de 14 anos, uso intenso de subcontratação, uso de produtos cancerígenos, destruição de sindicatos, demissões arbitrárias, manutenção da ordem através de milícias privadas e despejo de camponeses que obstruíam a expansão da área de plantação.

O testemunho da mulher de uma comunidade afetada por plantações de seringueiras da Salala mostra a situação horrível que eles enfrentam agora: “Eu cresci em uma cidade que nos foi dada por meus antepassados. Nós costumávamos ter liberdade de ir e vir em nossas comunidades. Tínhamos terra em abundância para atividades agrícolas, florestas para caçar e coletar plantas medicinais, e rios para pescar. Em um dia ensolarado em 2010, estávamos em nossa cidade quando vimos um grupo de homens com cutelos, machados e outras ferramentas de trabalho caminhando em direção à cidade. Quando chegaram, nós perguntamos por que eles estavam aqui. Eles responderam que a terra que estávamos ocupando havia sido comprada do governo muito tempo atrás, pela empresa de borracha Salala. Nós dissemos a eles que essa afirmação nos parecia estranha, pois tínhamos nascido, crescido e tido nossos filhos nessa terra. Como poderia ser da empresa? Eles então nos disseram que a terra da cidade seria limpa no dia seguinte porque a empresa estava pronta para iniciar suas operações.

Na noite seguinte à visita, eles vieram com a polícia e as máquinas amarelas enquanto dormíamos. As máquinas começaram a derrubar árvores (seringueiras, pés de café e cacau, bananeiras, laranjeiras, etc.) em torno da cidade, destruindo as nossas fontes de água. Foi o som das máquinas que despertou os moradores. Os moradores da cidade começaram a chorar e saíram sem nenhum dos seus pertences. Cada um seguiu seu caminho separado para encontrar um novo lugar para recomeçar a vida, de forma que a comunidade já não está reunida e nós não temos terra. Nós tínhamos crianças de apenas um mês de idade e tivemos que caminhar duas a três horas para



chegar à cidade vizinha. Durante a nossa longa jornada, não tínhamos nada para comer nem água para beber. Nós passamos por muita dor com as pernas e os pés inchados! Chegamos à cidade vizinha sem a menor ideia de onde poderíamos dormir durante a noite. Dormimos no chão de uma velha cozinha abandonada por muitos meses. Outras cidades em torno das operações da empresa também tiveram experiências semelhantes ou ainda piores.

A SOCFIN destruiu todas as nossas fazendas, onde trabalhamos, a sepultura dos meus pais, nossas árvores frutíferas, nossos locais culturais e sagrados, nossas escolas tradicionais para meninas e meninos. A empresa também destruiu nosso local de cura para mordidas de cobras e danificou o local sagrado onde as mulheres davam à luz.

Nós já nos tornamos indigentes por causa do dano que eles causaram em nossas vidas. Atualmente, alugamos um pequeno pedaço de terra de proprietários de nossa nova cidade, que usamos para plantar cultivos para a sobrevivência. Os produtos químicos usados nas plantações de seringueira também contaminaram o rio usado pelos moradores da nova cidade. Nossa fonte de água é o pântano. Abrimos buracos de manhã e a água sai. A água do buraco do pântano não é limpa, mas temos que usá-la para beber e para outras atividades. Não queremos morrer por causa da água poluída pelos produtos químicos.

Nós, as mulheres, nossos filhos que tenham idade suficiente e os homens, não temos emprego. As crianças precisam ficar em casa e não estudam por causa da falta de escola na comunidade. Não há estruturas de saúde, por isso tivemos muitas mortes por doenças comuns, para não mencionar a morte de mulheres grávidas e seus bebês ainda nem nascidos. Tenho uma família de cinco pessoas, incluindo meu pai cego. Atualmente, faço serviços gerais, que incluem roçar, remover ervas daninhas, capinar, plantar arroz, etc. Eu trabalho de fazenda em fazenda executando qualquer trabalho e recebo um dólar pelo dia todo, que é usado para dar comida aos cinco membros da minha família. Não tenho mais nada a fazer que possa ajudar a melhorar meu padrão de vida”.

(A identidade dessa mulher é mantida anônima por motivos de segurança)

Camarões

Em 1968, o governo de Camarões criou a SOCAPALM, uma empresa nacional de óleo de dendê que foi privatizada em 2000 e vendida ao Grupo SOCFIN. Em 2005, o Estado garantiu 20 mil hectares de terras às comunidades, mas não informou àquelas afetadas sobre o acordo de compra da SOCFIN. Somente em 2008, os membros da comunidade descobriram que, apesar da privatização, os direitos das comunidades foram garantidos no contrato entre a SOCFIN e o estado de Camarões. No entanto, a empresa continua promovendo e expandindo as plantações de dendezeiros em terras que pertencem às comunidades, sem pagar arrendamento nem indenização.



Em 2010, moradores das comunidades que vivem dentro das áreas de plantação da SOCFIN formaram a “Associação Nacional de Populações Camponesas e Ribeirinhas” (SYNAPARCAM), uma organização que reúne membros de seis plantações diferentes e visa defender seus direitos. Mas o governo só os reconheceu em 2014.

A SYNAPARCAM, juntamente com organizações de outros países, como a MALOA em Serra Leoa e outras, criou uma aliança de pessoas afetadas pela SOCFIN. Em 2013, organizaram uma ação em quatro países para protestar contra a empresa e reivindicar seus direitos. Isso resultou em uma reunião na França, em outubro de 2014, com Vincent Bolloré, o proprietário francês da SOCFIN. Mas Bolloré não assumiu sua responsabilidade pelos problemas e violações que a SOCFIN está causando. Em vez disso, sugeriu que as pessoas deveriam resolver os problemas com as filiais nacionais de sua empresa em cada país, como a SOCAPALM em Camarões. Não surpreendentemente, porém, o diálogo não está avançando significativamente.

Várias ONGs apresentaram uma queixa contra a SOCFIN na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 2010, acusando a empresa de afetar negativamente os meios tradicionais de subsistência das pessoas e dos trabalhadores das plantações. (5) Por exemplo, com base em uma análise de amostras, a denúncia alegava contaminação da água por agrotóxicos. A OCDE considerou as alegações admissíveis e elaborou um plano de ação. Mas a empresa não fez esforços reais para implementá-lo e, de acordo com a SYNAPARCAM, muitos problemas e impactos continuam.

Assim, a luta das comunidades cercadas por plantações da SOCAPALM segue, com protestos, bloqueio de estradas, disseminação de informações em níveis nacional e internacional, entre outras táticas. No curto prazo, a SYNAPARCAM exige o acesso das comunidades a um espaço vital de 250 hectares de terra em torno das comunidades.

Comentários finais

Embora a SOCFIN formule políticas e planos de responsabilidade, suas práticas concretas, algumas das quais descritas aqui, são completamente opostas. Um conjunto de histórias de destruição de terras comunitárias, meios de subsistência e culturas, e de violência grave em muitas áreas de plantações da empresa, compõe a crua realidade que as pessoas enfrentam diariamente. Essa parece ser a política que está prevalecendo. Isso evidencia, uma vez mais, como as políticas e os planos de “responsabilidade” são um discurso vazio. Também continuará sendo um discurso vazio enquanto a impunidade prevalecer.

Mas as comunidades não desistiram. Pelo contrário, continuam resistindo contra todas as injustiças, e cada vez mais o fazem de forma articulada. Elas merecem todo nosso apoio e nossa solidariedade radical!

Compartilhamos aqui um abaixo-assinado internacional permanente de apoio às comunidades que lutam contra a plantação da Okomu na Nigéria. Assine, aqui <http://erafoen.org/index.php/2017/07/28/uphold-edo-state-government-revocation-order-on-okomu-oil-palm-company-plc/>



- (1) <http://www.socfin.com/en/sustainable-development>
- (2) <http://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/nigeria-okomu-oil-palm-company-destruindo-as-comunidades-para-expandir-o-dende/>
- (3) <http://erafoen.org/index.php/2017/03/07/field-report-okomu-oil-palm-plc-clears-forest-farmlands-for-industrial-agro-business-in-edo-state/>
- (4) <https://secured-static.greenpeace.org/france/PageFiles/266171/Brief%20Liberia-Cameroun%20version%20finale.pdf>
- (5) https://www.oecdwatch.org/cases-fr/Case_200

A invasão verde: promovendo plantações na Índia



Florestas? Ou plantações?

Segundo dados apresentados pela agência Forest Survey of India (FSI) em seu Relatório Bienal sobre o Estado das Florestas (SFR, na sigla em inglês), a cobertura florestal no país vem apresentando um aumento constante nos últimos anos. Por exemplo, o relatório lançado em 2015 menciona um aumento líquido na área de florestas muito densas. Como se explicam esses dados, considerando-se a aparente escala do desmatamento, incluindo o corte ilegal de madeira em grande escala, bem como o desvio de florestas para outros usos que resultam em sua destruição? A FSI interpreta isso principalmente como resultado das atividades de plantio realizadas pelos departamentos florestais estaduais. No entanto, o mesmo relatório diz que as “florestas artificiais” contêm apenas 5,31% da área total de florestas, enquanto as “florestas naturais” ocupam 80%.

Estamos diante de um enigma, ou vários. Quanto da “crescente” cobertura florestal da Índia consiste em plantações ou, como a FSI as chama, florestas “artificiais”? Se as florestas naturais são tão abundantes, como se explicam as plantações em expansão, que, de acordo com a Avaliação Global dos Recursos Florestais da FAO de 2015, saltaram de pouco mais de 6 milhões de hectares para mais de 12 milhões em 1990? De acordo com outra estimativa oficial, de 2009, a área de plantações da Índia na época era de 32,57 milhões de hectares, representando “17% da plantação global de florestas”. (1) Outro estudo, de 2014, menciona que uma área entre 1 e 1,5 milhão de hectares foi florestada anualmente desde 1980. (2)



Uma pergunta que surge é por que a FSI não mantém dados sistemáticos e razoavelmente precisos sobre as plantações? Além disso, por que incluir rotineiramente plantações em cifras sobre cobertura florestal? Ao fazer esse tipo de pergunta, vários estudos dos últimos anos apontaram que a Índia está sofrendo desmatamento e degradação florestal intensos, apesar da alegação em contrário da FSI. (3) Observou-se que, embora não haja clareza com relação a quanta área total descrita como floresta dentro dos SFR é constituída por “plantações florestais”, também não se sabe se florestas naturais ou secundárias estão sendo convertidas em plantações sem que essa conversão se torne estatisticamente visível (4). Além disso, as “florestas nativas” da Índia estão sendo destruídas constantemente. (5)

Está claro que as agências oficiais do país usam os termos “floresta” e “plantações” como sinônimos. Todas as plantações de árvores em terras com mais de um hectare de área e com uma densidade de copa de mais de 10% são tratadas como florestas. Peter Smetacek, ambientalista que trabalha em Uttarakhand, no norte da Índia, considera que essa confusão conceitual pode ter tido início devido às origens germânicas da silvicultura indiana. (6) Sabe-se que Dietrich Brandis, um plantador de árvores alemão, introduziu as práticas de silvicultura comercial no país. Smetacek observa que, em alemão, uma “*Forst*” é uma plantação de árvores florestais de importância comercial, enquanto uma “floresta natural” é chamada de “*Wald*”. Smetacek também observa que, como Brandis não conseguiu estabelecer uma diferença oficial entre *Forst* e *Wald*, os departamentos florestais da Índia continuaram “plantando” florestas sem parar para pensar que só se pode criar uma “*Forst*” por meio de plantação, mas não uma “*Wald*”. Florestas naturais não podem ser plantadas.

Puyravaud, J. P. et al sugerem que, na Índia, as plantações foram substituindo as florestas constantemente ao longo dos anos. (7) Comparando os dados da FAO e da FSI, conclui-se que, enquanto a cobertura florestal total aumentou de 660.337 km² em 1995 para 690.250 km² em 2005 (FSI), as plantações expandiram de 146.200 km² para 300.280 km² no mesmo período (FAO). Consequentemente, apontam os autores, as florestas diminuíram de 514.137 km² em 1995 para 389.970 km² em 2005, o que se traduz em uma perda média de 2,42% por ano. Que tipos de árvores surgiram nas “florestas plantadas”? As espécies mais destacadas são eucalipto, álamo, acácia, grevilea-robusta, seringueira, teca e pínus. (8) De acordo com a FAO, quase 45% das “plantações florestais” da Índia são compostas por espécies de rápido crescimento e baixa rotação. (9) Especificamente, as florestas, zonas rurais e terras agrícolas da Índia foram preenchidas com várias espécies de eucalipto a elevados custos sociais e ecológicos.

“Silvicultura Social” e eucalipto

A colonização da Índia com eucaliptos está intimamente relacionada ao aclamado projeto de silvicultura social patrocinado pelo Banco Mundial. Observou-se que o projeto conhecido como “silvicultura social” era, em seus primeiros tempos, em grande parte um produto da ajuda ao desenvolvimento. (10) O ambicioso projeto levou ao florestamento em grande escala,



principalmente nos anos 70 e 80, quando as plantações foram estabelecidas em um ritmo de 1,4 milhão de hectares por ano. (11) Principalmente nos estados de Uttar Pradesh, Karnataka e Bengala Ocidental, os eucaliptos se espalham como incêndios descontrolados, evocando e gerando não só uma acirrada polêmica ambiental, mas também descontentamento social e resistência ativa. As plantações de eucaliptos supostamente drenam enormes volumes de água dos locais de plantação, bem como dos bairros a jusante, e sugam o solo até secá-lo de nutrientes, impedindo que outras plantas surjam. Eles também liberam substâncias tóxicas no solo, suprimindo o crescimento de espécies nativas. (12) Em Karnataka, diz-se que as plantações resultaram em graves situações de seca, forçando o governo estadual a proibir o cultivo de todas as espécies de eucaliptos. (13)

Embora as plantações de eucalipto geralmente sejam de baixa rotação e conhecidas por trazer retornos monetários rápidos, os benefícios se limitam principalmente à elite rural. Mesmo no caso de projetos estaduais como a silvicultura social, quem se beneficiou das plantações foram os segmentos dos proprietários de terras e das castas superiores da população rural. (14) Além disso, as comunidades mostraram preocupação explícita com o desvio de terras produtoras de alimentos férteis, bem como pastagens, para plantar eucaliptos. Durante a década de 1980, a área plantada com o alimento básico tradicional, o ragi, havia diminuído significativamente em Karnataka. No distrito de Kolar, por exemplo, entre 1977 e 1981, o cultivo caiu de 142 mil hectares para 48 mil hectares, gerando uma redução acentuada no rendimento, de 175 mil toneladas para apenas 13 mil, e aumentando seu preço em 200% no mercado. (15)

Um rico legado de resistência

Os programas estatais de plantação provocaram intensa resistência por parte de comunidades que vivem na floresta e camponeses. Pessoas que tradicionalmente dependiam das florestas para obter alimentos e sustento resistiram à conversão dessas florestas em monoculturas de espécies exóticas e introduzidas, como eucalipto e teca. Os camponeses se opuseram às plantações de eucaliptos principalmente porque muitas vezes elas levavam à desertificação por atacado de suas paisagens agrícolas, além de invadir as áreas comunitárias e as boas terras cultiváveis das aldeias. Nos anos 1960, 1970 e 1980, surgiram em toda a Índia grandes movimentos contra as plantações. O agora famoso movimento Chipko, nos Himalaias Garhwal, começou como um protesto do povo contra o desmatamento das florestas em encostas para interesses comerciais. (16) O movimento “Jangal Katai” (corte as florestas) nas áreas tribais (atual Jharkhand), antigo Bihar, surgiu como reação às iniciativas do departamento florestal de criar monoculturas de teca comercialmente valiosas em florestas naturais da árvore sal. (17) Os camponeses de Karnataka se opuseram a um projeto de plantações de eucalipto nas terras comunitárias de uma aldeia por uma empresa privada apoiada pelo departamento florestal. (18) E os *adivasis* (povo indígena) de Bastar, na indivisa Madhya Pradesh, apresentaram forte resistência contra uma plantação de pinheiros azuis exóticos financiada pelo Banco Mundial. (19)



Mais plantações, mais ataques aos direitos das comunidades

Sem levar em conta o legado da resistência popular contra as plantações, o governo indiano continua promovendo enormes programas de plantações. Enquanto a seu carro-chefe Green India Mission (GIM) tem como objetivo erguer 5 milhões de hectares de novas plantações até 2024, o governo promete gastar mais de 15 bilhões de dólares nos próximos anos para fins de “florestamento”. Uma parte importante do dinheiro viria do Fundo de Florestamento Compensatório, conhecido anteriormente como Agência de Gestão e Planejamento do Florestamento Compensatório (CAMPA), após a promulgação de uma nova legislação chamada Lei do Fundo Compensatório de Florestamento, em 2016 (ver [artigo no Boletim 217 do WRM](#), de agosto de 2015). Outro contestado esquema está em andamento para arrendar 40% das “florestas degradadas” identificadas para que empresas privadas façam plantações.

Como as agências governamentais responsáveis pela realização dos programas de plantação de árvores não esclarecem de onde virá a grande quantidade de terras necessária para as novas plantações, há todas as razões para suspeitar de que as terras das comunidades, tanto cultiváveis como de pastagem, seriam invadidas. Além disso, em nome da restauração de florestas degradadas e do aumento do florestamento compensatório, os direitos das comunidades sobre as terras florestais comunitárias seriam violados. Já foram relatados incidentes esporádicos de concentração de terras para plantações em Odisha, Chattisgarh, Telengana e Andhra Pradesh. Por exemplo, na aldeia de Pidkia, distrito de Kandhamal, em Odisha, foram cercadas terras cujos títulos haviam sido emitidos para comunidades sob a Lei de Direitos Florestais. (20) Em outras áreas, foram tomadas terras de podu (cultivo itinerante) e as florestas foram limpas. (21) Em Chattisgarh, terras agrícolas comunitárias estão sendo ocupadas com plantações de eucalipto e teca. (22) Em Telengana e Andhra Pradesh, terras comunitárias de podu e agrícolas foram cercadas para a criação de plantações que deveriam compensar a perda de terras com floresta pelo polêmico projeto da barragem de Polavaram (23). Além dos programas estaduais de plantações, grandes atores privados, como a ITC (Indian Tobacco Company) e a JK Paper Limited (24), praticamente tomaram centenas de milhares de hectares de terras agrícolas em Andhra Pradesh, Telengana, Odisha e Chattisgarh para fazer plantações, principalmente de eucalipto (25).

O acesso e o controle das comunidades sobre as florestas estão sendo prejudicados de muitas maneiras. Embora a nova Lei do Fundo Compensatório de Florestamento ainda não tenha entrado em vigor e suas regras não tenham sido definidas, o dinheiro decorrente dela e da Green India Mission está fluindo para os departamentos florestais estaduais. Contra o mandato da Green India Mission, seus fundos estão indo para os Comitês Conjuntos de Gestão Florestal estabelecidos pelo departamento florestal e não para instituições comunitárias, como os Gram Sabhas (26).



À medida que aumentam os ataques às comunidades e a suas florestas e terras comunitárias, espera-se que a resistência também fique correspondentemente mais forte. Como no passado, os *adivasis* e outras pessoas pobres e sem terra na Índia não permitirão que a nova invasão verde se enraíze.

Soumitra Ghosh, que trabalha entre comunidades que dependem da floresta em Bengala do Norte, na Índia, pode ser contatado em [soumitrag \[at\] gmail.com](mailto:soumitrag[at]gmail.com)

- (1) The Ministry of Environment and Forests, Government of India (2009), *India Forestry Outlook Study*, FAO, Bangkok
- (2) Ravindranath, N. H. et al (2014): *Forest area estimation and reporting: implications for conservation, management and REDD+*, in *Current Science*: 106(9)
- (3) Ravindranath, N. H. et al, *ibid*. See also, Ravindranath, N. H. et al (2012): *Deforestation and forest degradation in India – implications for REDD+* in *Current Science*, 2012, 102, Puyravaud, J. P. et al (2010): *Cryptic destruction of India's native forests* in *Conservation Letters*, 3: 390–394, Gilbert, N. (2012): *India's forest area in doubt*, in *Nature*, 2012, 489, 14–15.
- (4) Ravindranath, N. H. et al (2014), *ibid*.
- (5) Puyravaud, J. P. et al, *ibid*.
- (6) Smetacek, P. (2017): *Missing the woods for the trees: How India's forests have been lost in translation – in plantations*, in Scroll.in, August 25th 2017. <https://scroll.in/article/807903/missing-the-woods-for-the-trees-how-indias-forests-have-been-lost-in-translation-in-plantations>, acessado pela última vez em agosto de 2017.
- (7) Puyravaud, J. P. et al, *ibid*.
- (8) The Ministry of Environment and Forests, *ibid*, Puyravaud *ibid*
- (9) FAO. (2001), *Global forest resource assessment 2000. Relatório principal*, citado em Puyravaud *ibid*.
- (10) Sargent, C., (1998): *Natural Forest or Plantation?* In Sargent, C., and Bass, S., (1998): *Plantation Politics*. Earthscan, London, citado em Jo Lawbuary (2004): *Eucalyptus Planting in 'Social Forestry' in India: Boon or Curse?* <http://www.ganesh.co.uk/Articles/Eucalyptus.htm>, acessado pela última vez em 25 de agosto de 2017.
- (11) Lawbuary, *ibid*.
- (12) Shiva, V., Bandyopadhyay, J., (1985): *Ecological Audit of Eucalyptus Cultivation*. The English Book Depot, Dehradun
- (13) Bangalore Mirror, maio de 2017: *Karnataka Govt. bans planting Eucalyptus*, <http://bangaloremirror.indiatimes.com/bangalore/others/chronology-of-a-eucalipto/articleshow/58703790.cms?>, acessado pela última vez em 25 de agosto de 2017. Veja, também, Joshi, M. and K. Palanisami (2011), *Impact of Eucalyptus Plantations on Ground Water Availability in South Karnataka*, ICID 21st International Congress on Irrigation and Drainage, 15-23 de outubro de 2011, Teerã, Irã.
- (14) Saxena, N. C., (1992): *Adoption of a Long-Gestation Crop: Eucalyptus Growers in North-West India*. In *Journal of Agricultural Economics*, Vol. 43, No. 2, p. 257-267, e Nesmith, C., (1991): *Gender, Trees, and Fuel: Social Forestry in West Bengal*. In *Human Organisation*, Vol. 50, No. 4, p. 337-348, citado em Lawbuary, *ibid*.
- (15) Lawbuary, *ibid*.
- (16) Guha, R. (1989): *The Unquiet Woods*, Oxford, Delhi
- (17) Damodaran, V. (2005): *Indigenous forests: Rights, Discourses and Resistance in Chotanagpur 1860-2002*, in Cederlof, G. & Sivaramkrishnan, K. (Eds): *Ecological Nationalisms*, Permanent Black, Delhi.
- (18) Ramchandra Guha and Martinez Alier, J. (1998): *Varieties of Environmentalism*, Oxford, Delhi
- (19) Saxena, N. C. (1994): *Forest, People and Profit: net equations for sustainability*, Planning Commission of India
- (20) Madan, G. (2017): *How Tree Plantations Are Violating Citizens' Land Rights in an Odisha Village*, *The Wire*, 20 de julho de 2017, <https://thewire.in/159763/tree-plantations-violating-citizen-rights-in-odisha>, acessado pela última vez em 25 de agosto de 2017.
- (21) Madan, *ibid* and Nandi, J. (2016): *How Odisha is cutting old forests for new*, <http://timesofindia.indiatimes.com/home/sunday-times/How-Odisha-is-cutting-old-forests-for-new/articleshow/54633844.cms>
- (22) Entrevista com representantes da comunidade, Chattisgarh.
- (23) Ghosh, S. (2017): *'Compensating' loss of forests or disguised forest offsets? A study of Compensatory Afforestation in India*, no prelo.
- (24) Veja http://www.itcpspd.com/Development_of_our_Plantations.aspx#, acessado pela última vez em 25 de agosto de 2017; e http://www.ikpaper.com/index.php?option=com_content&view=article&id=32&Itemid=33, acessado pela última vez em 25 de agosto de 2017.
- (25) Veja cartas do Ministério do Meio Ambiente, Florestas e Mudanças Climáticas do Governo da Índia aos Departamentos Florestais Estaduais de Chattisgarh e Odisha: F. NO. 9-11/2014/GIM-CHH, Govt. Of India, Ministry of Environment, Forest and Climate Change, Green India Mission, 2 de agosto de 2016; também, F. NO. 9-11/2014/GIM-AP, 12.07.2016, F. NO. 9-11/2014/GIM-ODISHA, 2 de agosto de 2016.
- (26) O Gram Sabha é a assembleia aberta de todos os residentes adultos de uma "gram", ou aldeia. É um órgão independente e pode surgir em todas as áreas florestais com população de moradores tradicionais da floresta, independentemente de tais assentamentos florestais serem oficialmente reconhecidos como aldeias.



Plantações industriais de teca no Equador: ocupando e devastando terras férteis e fontes de água



A teca é uma árvore nativa do sudeste asiático que teve um papel importante no colonialismo daquela região. Os madeireiros britânicos removeram a maior parte da teca nativa do norte da Tailândia durante os séculos XIX e XX. Eles também realizaram violentas campanhas de extração na Birmânia, que tiveram continuidade durante a era pós-colonial, nas mãos do estado birmanês. (1) Na Birmânia, a teca estava no centro de um sistema de manejo colonial para atividades agroflorestais e de plantações iniciado na segunda metade do século XIX, chamado *taungya*. Esse sistema permitiu que os karen e outros povos indígenas fizessem cultivos durante alguns anos, entre as jovens árvores de teca que haviam sido plantadas nas terras desmatadas. A condição era que eles cuidassem das árvores e posteriormente deixassem a terra. Mais tarde, o *taungya* se espalhou para outros países. Na Indonésia, onde a árvore não é nativa, as plantações foram estabelecidas há mais de 200 anos. (2) A grande demanda por essa árvore se deve ao alto valor da madeira para a fabricação de móveis de exterior e barcos, principalmente de luxo, devido à sua resistência natural aos fatores climáticos.

A atual política relacionada à teca na Tailândia é complexa e corrupta. Depois de seu corte ser proibido em 1989, supunha-se que o fornecimento dessa árvore para as serrarias tailandesas viria de apreensões de lotes ilegais e do corte em locais destinados a reservatórios de represas hidrelétricas. Mas, na prática, essa teca é misturada com importações ilegais da região do rio Salween, na Birmânia, e com plantações administradas pela paraestatal Organização da Indústria Florestal e outras empresas provinciais. O Conselho de Manejo Florestal (FSC, na sigla em inglês) estimula esse tipo de pilhagem e corrupção na indústria através de seus programas de certificação da teca tailandesa.

A superexploração dessas florestas nativas, encontradas apenas na Índia, no Laos, em Mianmar e na Tailândia, e o aumento da demanda por madeira de teca em nível mundial levaram à busca de outros países para estabelecer plantações industriais dessa espécie. Atualmente se sabe que a teca é plantada em cerca de 36 países tropicais, e a área plantada está aumentando



na África – em Gana, Benin, Nigéria e Tanzânia; na América Central – em El Salvador, Costa Rica, Guatemala, Nicarágua e Panamá; na América do Sul – no Equador e no Brasil; e na Ásia – em Mianmar, Índia, Indonésia e Laos. (3) Os principais compradores no mundo são China (42%), Índia (37%), Japão (5%) e França (4%). (4)

A expansão das plantações de teca no Equador

O Equador está entre os dez países mais diversos do mundo, mas também tem uma das maiores taxas de desmatamento da América Latina em proporção ao tamanho do seu território. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, a principal causa seria a expansão da fronteira agrícola, mas estudos recentes apontam que os cultivos dos pequenos agricultores, que alimentam o país, não cresceram, enquanto o agronegócio, com dendezeiros, cana-de-açúcar e monoculturas de eucalipto, pinus e teca, cresceu muito rápido, obviamente causando o desmatamento das florestas a que nos referimos. Nesse contexto, o Equador exportou 190 mil metros quadrados dessa madeira em 2014, com todos os impactos ambientais que isso implica. O governo do país é responsável pela promoção e a expansão da teca em detrimento da agrobiodiversidade e pela substituição de ecossistemas nativos, como a floresta seca nas províncias de Guayas e Manabí.

As plantações de teca no Equador não são destinadas ao consumo interno da madeira, e toda a produção é exportada. As exportações para a Índia representam 95% do total de teca no Equador, o que significa entre 150 e 160 mil toneladas por ano, ou cerca de 30 milhões de dólares de lucro para a indústria. Os benefícios econômicos para os locais onde essa madeira é produzida são muito poucos, devido à baixa demanda de mão de obra do cultivo, à ausência de investimento social por parte dos produtores, bem como à perda da soberania alimentar e à escassez de água que ela implica.

Em 2015, o Ministério da Agricultura do Equador (MAGAP) indicou que planeja desenvolver 100 mil hectares de teca até 2017. Em 2016, as exportações da madeira apresentaram um crescimento significativo, de 52% em toneladas e de 30% em valor no primeiro semestre (5), em comparação com 2015, que também foi um ano de crescimento. Atualmente, de acordo com dados oficiais, o país tem cerca de 50 mil hectares plantados com teca, mas, de acordo com a Associação Equatoriana de Produtores e Comerciantes de Teca e Madeiras Tropicais (Asoteca), existiriam 200 mil hectares plantados com essa árvore. Os dados divergentes entre MAGAP e Asoteca são resultado de sub-registro e falta de dados atualizados. Mais de 90% dessas plantações estão em Guayas, Manabí, Esmeraldas e Los Ríos. Enquanto isso, no longo prazo, produtores e empresários da indústria da madeira planejam contar com cerca de um milhão de hectares de plantações de teca entre 2032 e 2042. (7) Os dados oficiais sobre o número de hectares semeados não são claros, e muito menos os impactos ambientais, já que o Estado não tem qualquer tipo de controle sobre essas plantações.

O Programa de Incentivo ao Reflorestamento para Propósitos Comerciais do MAGAP é definido como “uma transferência econômica não reembolsável, que



o Estado equatoriano faz (...) a pessoas físicas ou jurídicas, municípios, associações e cooperativas produtivas para desembolsar e/ou reembolsar parte dos custos do estabelecimento e da manutenção da plantação florestal”. “O programa dará incentivos econômicos a pessoas físicas e jurídicas [empresas privadas] de até 75% do custo do estabelecimento e até 75% do custo de manutenção da plantação durante os primeiros quatro anos.” (8)

O MAGAP assegurou que, de 2011 a 2016, mais de 53 milhões foram investidos no estabelecimento de 52.395 hectares de plantações florestais através desse programa. (9) Do total, quase 20 mil hectares são de teca – a espécie florestal que mais se expandiu – e a maioria desses recursos foi destinada a empresas privadas.

Efeitos devastadores

Na província de Guayas, área com maior número de plantações de monoculturas de teca no país, principalmente nos cantões de Balzar, a paisagem da teca é desoladora.

Em uma plantação de monocultura de teca não há animais. Segundo o testemunho dos camponeses locais, ela não serve nem de abrigo para pássaros: “Nenhum pássaro faz ninho aqui”. As árvores não interagem de forma positiva com o meio ambiente porque, sendo de rápido crescimento, absorvem grandes quantidades de água e nutrientes, além de precisar de pesticidas.

O governo indiano solicita que os troncos e blocos dessa madeira sejam fumigados no local de origem (de onde vem o produto) com brometo de metila, cujo uso é proibido no Equador devido à alta toxicidade. Portanto, o Equador propôs a fumigação com fosfeto de alumínio, que é altamente perigoso, pois, quando entra em contato com o ar, libera um gás chamado Fosfina, muito tóxico para o corpo. No campo da Saúde Pública, esse pesticida é responsável por um alto índice de doenças fatais em populações e espaços afetados. Sendo assim, o uso do produto químico para atender à demanda da indústria traz um risco muito alto para trabalhadores, populações próximas e o meio ambiente.

No Equador, a teca mantém as raízes vivas no momento da quarta colheita e do corte final da árvore, aos 20 anos, assim como o eucalipto, de modo que gera brotos, os quais são cortados, com exceção de um. Esse broto restante cresce, e em apenas oito anos, adquire a altura e o diâmetro das árvores de 20 anos. Nesses oito anos, a árvore absorve a quantidade de minerais e água que, no início, faz em 20 anos, acelerando a erosão e a secagem dos rios em todos os ciclos de crescimento. De acordo com testemunhos locais, o crescimento parece não ter limites.

As empresas cuidam do crescimento nos primeiros três anos da plantação – os primeiros cinco metros do tronco, que é onde estão 60% do valor da madeira.



São necessárias quatro pessoas por hectare para a plantação inicial das árvores. Depois, nos primeiros três anos, que são de trabalho intenso, três pessoas são contratadas. A partir do quarto ano, a indústria geralmente precisa de apenas uma pessoa para cuidar de centenas de hectares de teca. O trabalhador costuma se estabelecer na plantação com a família, no meio de um deserto verde, sem poder ter convivência social nem compartilhar a vida da cidade ou da comunidade. *“Tenho plantações aqui que eram de 2001 e das quais eu mantenho apenas o chefe de campo; são plantações de 14 anos e não precisam de cuidados”*.

A organização equatoriana Acción Ecológica, juntamente com o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais e a organização chilena Mapuexpress, percorreu Balzar (província de Guayas) em 2016, e se surpreendeu com o fato de que a maioria das árvores das plantações de teca, bem como o solo, tem vestígios de queima. Parecia que um incêndio tinha atingido pelo menos 80 centímetros de cada uma delas. O solo também está enegrecido e, em vez de folhas caídas, só encontramos cinzas.

Os camponeses queimam as plantações de teca pelo menos uma vez por ano, acreditando que isso dá uma cor melhor ao coração do tronco, a única coisa valiosa dessa madeira. Quanto mais amarela, maior o preço. *“Queimamos para que tenha mais dureza, mais firmeza... mais cor. Porque agora já não compram a branca. Uma que saia muito branca por dentro eles já não compram. Eles só compram a que tem cor. É por isso que queimamos todos os anos, para que vá pegando cor”*. Por outro lado, isso limpa as folhas que caem no chão e diminui os custos, pois não é preciso contratar pessoal para essa tarefa. No entanto, de acordo com os testemunhos dos camponeses locais, os incêndios pioram o ar, que se enche de fumaça e partículas, causando um aumento nas doenças respiratórias durante a “temporada de queimadas”.

Por outro lado, os moradores garantem que, dois anos depois de as plantações serem estabelecidas, o nível de rios e poços diminui, os solos ficam muito erodidos e a recuperação é muito demorada: *“Antes, quando não havia teca, tinha água o tempo todo. Agora que tem a teca, não há mais água”*.

“Quando a teca é removida, a terra fica desprotegida, sem minerais. É necessário retirar todas as raízes, e a teca é uma planta que penetra muito, tem raiz profunda, que vai a seis metros de profundidade. A primeira raiz que vai, vai muito longe. Depois de tirar a teca, é bem difícil recuperar essa terra. Temos que semear o “sicapé”, uma plantinha que se rega. Ela recompõe o terreno. É uma fava, mas não é comestível. É uma leguminosa. Para o gado sim, é comestível”.

De acordo com a população local, as folhas de teca não se decompõem ao cair no chão e têm o efeito de inibir o crescimento de outras plantas, de modo que não há cultivos de alimentos em torno da plantação e muito menos em seu interior. À primeira vista, o solo tem uma cor muito amarelada e empoeirada. *“As áreas ficam devastadas, não há comida, não há lugar para plantar um tomatinho. Então as pessoas têm que ir aos mercados. Esse é o problema”*. *“Ela é predadora, acaba com tudo o que tem no chão, deixa uma terra estéril. E*



além disso, se há uma teca e, ao lado, uma planta, de milho, por exemplo, não produz. Nem de ninho para os pássaros ela serve”.

Em Balzar, os camponeses que possuem plantações de teca fazem isso mais forçados do que por razões voluntárias. Isso se deve à rápida expansão natural dessa árvore. Os camponeses dizem que as sementes da árvore brotam sozinhas em um tempo muito curto e que tanto as que foram cortadas quanto as que cresceram geram novas árvores. Os camponeses tiveram que se resignar a ver como, ano após ano, a teca vai ganhando terreno sobre suas culturas alimentares. Os importadores pagam um preço mais baixo pela teca dos camponeses, uma vez que ela está assilvestrada (ou seja, ela se reproduz por conta própria e não como plantação) e, portanto, a madeira tem nós, não é reta nem tem o centro com a tonalidade amarela que eles procuram. *“Meu pai pegou sementes da primeira árvore de teca que trouxeram para cá. Antes, não havia teca, mas ela começou a invadir sozinha. Ele não semeou nada mais. Ela começou a invadir sozinha.”*

Na saída de campo a Balzar, visitamos a maior empresa de teca da região, e o gerente/proprietário conseguiu nos indicar que a coisa mais importante no momento de estabelecer a plantação era adquirir as melhores terras possíveis, com alta produtividade e com condições minerais específicas e água. Ou seja, embora o Decreto Interministerial assinado em 2012 entre o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Agricultura diga que, para estabelecer plantações de árvores sejam usadas terras degradadas ou em processo de desertificação, na verdade não são realmente compradas ou usadas terras degradadas para ser plantadas.

A título de reflexão

No Equador, sendo uma espécie exótica, a teca pode ser classificada como uma planta invasora, uma vez que não tem controladores biológicos nem outras espécies com as quais competir. É assim que ela vai tomando e ocupando mais terra e a água disponível. Portanto, essa árvore deve ser considerada uma ameaça aos ecossistemas nativos do país.

As monoculturas de teca estão avançando de forma alarmante no mundo, financiadas principalmente pelos governos dos países produtores em detrimento de pequenos agricultores, moradores da floresta e das próprias florestas que, pelo menos no Equador, estão desaparecendo para dar lugar a essa espécie.

Ao ocupar os melhores solos agrícolas, as plantações de teca estão provocando erosão e escassez de água, e minando a vida camponesa tradicional. Enquanto isso, políticas voltadas ao fortalecimento da soberania alimentar e da manutenção, da restauração e da reparação de florestas são precárias ou quase inexistentes. Não seria hora de deixar de apoiar as megaempresas industriais de plantações de árvores e passar a fortalecer os pequenos agricultores, as populações rurais e os povos da floresta?



Nathalia Bonilla, foresta [at] accionecologica.org
 Ação Ecológica, Equador, <http://www.accionecologica.org/>

* Os testemunhos são entrevistas pessoais com membros da Federação de Centros Agrícolas de Guayas (FECAOL), realizadas em novembro de 2016.

- (1) Raymond L. Bryant, "Consumiendo la teca birmana: anatomía de un recurso de lujo violento", 2009
- (2) Nancy Peluso, *Rich Forests, Poor People*, 1992
- (3) <http://www.fao.org/news/story/es/item/130596/icode/>
- (4) Trade Map en PROECUADOR, MERCOSUL, 2013
- (5) Jornal *El Comercio*, acessado em 20/7/2017 <http://www.elcomercio.com/actualidad/exportaciones-madera-crecimiento-teca-ecuador.html>
- (6) Jornal *El Universo*, acessado em 20/7/2017 <http://www.eluniverso.com/noticias/2015/05/13/nota/4867046/ecuador-pasa-primer-lugar-ventas-teca-india>
- (7) Jornal *El Universo*, acessado em 20/7/2017 <http://www.eluniverso.com/noticias/2015/05/13/nota/4867046/ecuador-pasa-primer-lugar-ventas-teca-india>
- (8) MAGAP, 2016, p. 6.
- (9) MAGAP, 2016, Programa de Incentivos para la Reforestación con Fines Comerciales. ¡El incentivo es Efectivo! <http://ecuadorforestal.org/wp-content/uploads/2014/06/SPF-FOLLETO-PIF-2014-050614.pdf>; e MAE, Março de 2014, Plan de Restauración Forestal. <http://sociobosque.ambiente.gob.ec/files/images/articulos/archivos/amrPlanRF.pdf>

A lavagem verde continua: o FSC certifica plantações industriais de árvores como se fossem florestas e a RSPO certifica plantações de dendezeiros como se fossem sustentáveis



Há mais de 20 anos, esquemas de certificação como o Conselho de Manejo Florestal (FSC, na sigla em inglês) e a Mesa Redonda sobre Óleo de Palma (Dendê) Sustentável (RSPO) (1) ajudaram as empresas de plantações a garantir seus lucros e proteger sua reputação. Como eles fazem isso, quando os impactos das grandes plantações industriais de eucalipto, pínus, acácia e dendezeiros são tão óbvios para todos?

Quando vêm à tona os relatos das empresas de plantações que violaram as normas do FSC e da RSPO, os esquemas de certificação se referem aos processos internos de queixa e resolução de conflitos desenvolvidos para resolver essas situações. A referência a esses processos dá origem a uma falsa impressão de que os selos dessas organizações são confiáveis. O FSC e



a RSPO vendem a mensagem de que seus selos representam minuciosas avaliações de campo sobre as práticas nas plantações, que os processos “*multi-stakeholders*”, ou seja, que incluem várias partes interessadas, dos quais surgiram os padrões de certificação, estavam abertos a todas as partes interessadas, que os produtos que levam seus selos representam condições de trabalho decentes nas plantações e que a expansão e o gerenciamento dessas grandes plantações de monoculturas minimizam os danos causados às comunidades, suas culturas e seus costumes, ao solo, à água, à terra e à paisagem. Esse mundo de marketing dos esquemas de plantações está longe da realidade em que vivem as comunidades cercadas por grandes plantações industriais de árvores. A experiência delas é de um modelo de plantações industriais intrinsecamente insustentável e prejudicial, que toma terras agrícolas privilegiadas, transforma florestas diversas em monoculturas, destrói e polui fontes de água, e causa graves danos às comunidades locais, suas economias, suas culturas e seus costumes. (2)

Mesmo assim, a promessa de “consumo verde” é poderosa e atrativa nos mercados europeus, norte-americanos e urbanos das chamadas economias emergentes com um número crescente de compradores conscientes em relação ao meio ambiente. Na verdade, a promessa do “consumo verde” feita pelos selos de certificação de plantações do FSC e da RSPO é crucial para manter o apoio dos consumidores a um modelo de produção e consumo excessivo e destrutivo, do qual essas empresas de plantações fazem parte. Esses selos mascaram a realidade de que as plantações que levam o selo verde fazem parte de um modelo que é uma das causas fundamentais das crises atuais, incluindo a mudança climática, a degradação do solo e a grande onda de extinção da diversidade biológica (ver, também, o artigo [“Por que a RSPO facilita a concentração de terras para o óleo de dendê”](#), no Boletim 219 do WRM, 2015).

Mais mensagens de marketing enganosas

Embora as páginas na internet e o material de marketing do FSC e da RSPO deem muito destaque a imagens de pequenos produtores, os selos se mostraram úteis principalmente para as grandes empresas. Em agosto de 2017, a RSPO já havia certificado 2,46 milhões de hectares de plantações de dendezeiros, gerando mais de 11,7 milhões de toneladas de óleo de dendê com sua certificação (cerca de 19% do óleo de dendê comercializado no mundo). (3) Somente em torno de 12% dos volumes de 2016 de óleo certificado pela RSPO foram cultivados por pequenos proprietários que fazem parte de programas de fomento ou que são obrigados de alguma outra forma a vender para usinas corporativas. Menos de 0,4% do óleo de dendê certificado pela RSPO foi cultivado em plantações de pequenos proprietários independentes. (4) Os números para 2015 mostram a extrema concentração da produção desse óleo de dendê nas mãos de alguns produtores muito grandes: 65% do óleo com certificação da RSPO do mundo foi produzido por apenas dez empresas. Somente a gigante da plantação de dendezeiros Sime Darby produziu 25% do óleo global certificado pela RSPO, em aproximadamente um milhão de hectares de plantações certificadas (5).



Talvez esses números não surpreendam, considerando-se que, ao mesmo tempo em que parece includente e orientada ao consenso no papel, “a certificação da RSPO favorece em grande parte três grupos dominantes de interessados quando é implementada: empresas do agronegócio no final da cadeia produtiva, ONGs ambientais internacionais e os maiores produtores de óleo de dendê” (5). Os compradores que dominam o comércio mundial do óleo nos mercados de consumo “verdes” na Europa ou nos Estados Unidos detêm mais de 80% dos votos na Assembleia Geral da RSPO. Entre os dez países-membros mais importantes da organização, apenas um é produtor de óleo de dendê (Malásia), e entre os membros comuns, os plantadores de dendezeiros são muito menos numerosos do que os processadores de óleo, comerciantes e empresas mundiais de alimentos, como a Unilever. (4) O pesquisador Denis Ruyschaert observa que quase todas as ONGs sociais e ambientais locais deixaram a RSPO, e que nenhum ator local permanece em seu Conselho de Governadores, desde que a Sawit Watch, uma rede de organizações sociais indonésias, abriu mão de sua vaga em 2012. (5)

A situação do FSC é semelhante, no qual, em 2015, os pequenos proprietários certificados equivaliam a apenas cerca de 4% do total de 198,6 milhões de hectares de florestas e plantações certificadas pela organização. Também vale lembrar que o FSC define floresta como “uma área de terra dominada por árvores”. Com essa definição, talvez seja previsível que o FSC continue fazendo a lavagem verde das plantações ao incluí-las em estatísticas como “florestas” certificadas. Na verdade, mais de 17 milhões de hectares do que a entidade vende como “florestas certificadas pelo FSC” em sua página na internet devem ser considerados como plantações – sendo que a grande maioria, provavelmente, é de grandes plantações industriais de árvores que ocupam milhares de hectares. De acordo com o “pacote de informações de mercado” do FSC 2016/17, 9% da área total certificada e 27% dos certificados de “manejo florestal” são, na verdade, dados a empresas de plantações e não para manejo florestal. Esse número provavelmente está subestimado, porque muitas outras áreas de plantação estão incluídas no que o FSC chama de “plantação seminatural e mista e floresta natural”. (6)

Uma consequência desse desequilíbrio extremo entre pequenos produtores e grandes operações industriais que têm selos do FSC ou da RSPO é que a certificação “na prática” permite que os grandes produtores controlem esse mercado “verde” e consolidem ainda mais seu domínio no mercado global. Além disso, a tendência a certificar as plantações industriais de árvores cria a falsa impressão de que as empresas industriais de plantações operam de forma ecológica e socialmente mais benigna do que os pequenos produtores cujos produtos não possuem esses selos “verdes”.

Certificar primeiro, para depois solicitar o fim das violações

Tanto o FSC quanto a RSPO desenvolveram arquivos impressionantes na internet – pode-se dizer, intimidantemente grandes – cheios de documentos que explicam seus respectivos “Princípios e Critérios”, e as várias adaptações nacionais e outras políticas relevantes para a certificação. Mas a quantidade dos documentos não pode ocultar a frouxidão dos critérios e das contradições



inerentes contidas neles. Apesar dos bem documentados impactos negativos das plantações industriais de eucalipto, por exemplo, sobre a diversidade biológica e a água, (2) muitas dessas plantações foram certificadas pelo FSC por terem cumprido seu Princípio 6, sobre “Valores e Impactos Ambientais”. No papel, esse princípio exige que, em plantações certificadas, a existência contínua de espécies e genótipos nativos de ocorrência natural seja efetivamente mantida, que se impeça a perda de diversidade biológica, que os cursos d’água naturais sejam protegidos ou recuperados e que os impactos negativos sobre a qualidade e a quantidade da água sejam evitados, mitigados e corrigidos. É difícil imaginar como qualquer plantação industrial de eucalipto manejada para se obter rendimento e lucro máximos poderia cumprir essa condição, mas, no entanto, milhares de hectares de plantações industriais de árvores na África do Sul, no Brasil e em outros lugares levam o logotipo do FSC.

Ambas as organizações emitiram certificados, embora os auditores observem violações (“não conformidade”, na linguagem dos sistemas de certificação) aos padrões de certificação. Isso é possível através de uma ferramenta chamada “solicitação de ação corretiva”. Essas “solicitações de ação corretiva” são emitidas quando o manejo de uma plantação não atende aos requisitos da certificação, mas o certificado já foi ou será emitido em breve, independentemente da violação. Dependendo da gravidade da violação, os auditores podem fazer outra visita para avaliar se houve alguma ação para acabar com a violação da norma, mas o auditor acabará reduzindo a classificação de qualquer violação “maior” para “menor”, e o certificado poderá ser emitido ou renovado, mesmo que a solução da violação possa estar longe.

As “solicitações de ação corretiva” são uma ferramenta conveniente para quem tem os certificados, porque significam que eles podem violar princípios e critérios sem o risco de perder o certificado facilmente depois de recebê-lo. Assim, podem continuar a vender suas operações como se estivessem em conformidade com os padrões internacionais de certificação enquanto os violam na prática. Por exemplo, um relatório recente divulgado pela ONG Mighty Earth, com sede em Estados Unidos, em colaboração com a gabonesa Brainforest, mostra que a Olam, uma empresa certificada pela RSPO, cortou cerca de 20 mil hectares de florestas no Gabão em suas quatro áreas de concessão desde 2012. (7) Muitos outros exemplos podem ser citados. (8)

Em um artigo de 2016, Marcus Colchester, consultor sênior de políticas para a ONG Forest Peoples Program, com sede no Reino Unido, descreve como, usando “solicitações de ação corretiva” no sistema da RSPO na Indonésia, “a concentração de terras com base em concessões impostas continua a ser a norma”. (4) Isso ocorre quando, por exemplo, as empresas são certificadas em relação às normas da RSPO antes de demonstrarem que cumpriram o requisito da própria RSPO sobre consentimento livre, prévio e informado. Além de não cumprir o requisito de consentimento *prévio*, essa prática deixa as comunidades em uma posição muito frágil para negar seu consentimento porque a empresa já tem o que deseja – o selo FSC ou RSPO, que garante acesso aos principais mercados consumidores. Embora o FSC e a RSPO tenham estabelecido mecanismos de queixa que poderiam ser usados nesses



casos, uma vez que o certificado tenha sido emitido, as comunidades enfrentam um processo complicado e cansativo para ver suas queixas tratadas e, na maioria das vezes, ficam sem solução satisfatória. (9) Em quase todos os casos em que apresentaram queixas, as comunidades tiveram que contar com o apoio externo de ONGs familiarizadas com o sistema de certificação e capazes de fornecer recursos para uma comunidade acessar o sistema de queixas e apresentar as evidências da maneira exigida pelo esquema de certificação.

Depois de arrastar os procedimentos de solução de conflitos pelo maior tempo possível, as empresas desistem do certificado em vez de tratar das violações

A maioria dos conflitos entre empresas e comunidades locais não é registrada como queixas nos sistemas de certificação e continua afetando a vida da comunidade e seus meios de subsistência, mesmo que a empresa tenha um selo “verde”. Das queixas que chegam aos sistemas de certificação da RSPO e do FSC, poucas são resolvidas satisfatoriamente para as comunidades. Em um número relativamente pequeno de casos, as empresas não conseguem que as violações sejam rebaixadas à condição de “menores” sem que a ação corretiva interfira em seu lucro ou que a comunidade recupere o acesso à terra perdida para a empresa de plantações. Nessas situações, as empresas muitas vezes optam simplesmente por deixar de ser membros do FSC ou da RSPO em vez de mudar suas práticas. Um exemplo recente é a decisão da Plantaciones de Pucallpa, subsidiária do Melka Group no Peru, no final de 2016, de sair da RSPO. A empresa enfrentou sanções do painel de queixas da RSPO pela destruição de mais de 5 mil hectares de florestas, em violação às normas da organização. “Que esperança de justiça ou reparação pode haver para as comunidades se as empresas conseguem neutralizar uma queixa simplesmente se retirando da RSPO?”, apontou o Forest Peoples Programme em uma nota à imprensa sobre o anúncio da Plantaciones de Pucallpa de que deixaria a RSPO, e perguntou: Qual é o valor real desse padrão da indústria se os membros podem simplesmente se retirar quando temem que o Painel de Queixas se posicione contra eles? (10)

Outro exemplo é a subsidiária de uma das maiores empresas de agronegócio do mundo, a Wilmar, com sede em Singapura. A PT Asiatic Persada, empresa indonésia cuja propriedade parcial é de duas subsidiárias da Wilmar, havia tomado as terras indígenas em Jambi, na Indonésia, sem consentimento nem compensação. Depois de discussões e de esforços aparentemente intermináveis por parte de um painel de mediação para negociar uma solução, a empresa chamou a brigada da polícia móvel local, que expulsou os indígenas de suas terras, enquanto os equipamentos de empreiteiros contratados pela empresa eram usados para destruir as casas deles (11). Como as queixas continuaram, a Wilmar vendeu sua parte na PT Asiatic Persada em 2013, sem dar qualquer solução às violações do padrão de certificação ou aos danos causados pela destruição de casas na aldeia indígena. Apesar de se recusar a assumir a responsabilidade pelos danos e prejuízos causados pela PT Asiatic Persada quando as subsidiárias da Wilmar possuíam parte substancial da empresa, a Wilmar continua até hoje como membro certificado pela RSPO.



Nada de novo, mas vale a pena reiterar

A RSPO e o FSC não estão trabalhando para transformar um modelo de produção fortemente concentrado e desigual que fornece fibras e óleos vegetais baratos para indústrias globais de alimentos, energia ou celulose e papel, em um modelo local de produção em pequena escala, baseado nos princípios da agroecologia e da justiça social. Sua prática de certificação também não visa acabar, e sim facilitar, a expansão contínua desse modelo de plantação de grandes monoculturas industriais com seus incontáveis impactos negativos para as comunidades locais e seu meio ambiente. Eles querem aumentar a parcela de produtos de madeira com certificação do FSC e de dendê certificados pela RSPO, e garantir os lucros das empresas ao fornecer um selo “verde” para fazer a lavagem de plantações industriais de monoculturas intrinsecamente insustentáveis.

No passado, muitas ONGs sociais e ambientais, principalmente nos países industrializados, denunciaram essa destruição das florestas para plantações industriais de árvores e deram visibilidade à contribuição dessas empresas para o desmatamento tropical, através de ações públicas. Hoje, essas ações foram substituídas em grande parte por negociações com empresas de agronegócio e celulose e papel. Em vez de questionar o modelo subjacente a grandes plantações controladas por um pequeno número de empresas transnacionais, eles legitimaram essa concentração de controle sobre terras comunitárias ao discutir princípios e critérios de certificação voluntária com essas empresas. No entanto, como já vimos, as empresas podem abandonar esses padrões sem enfrentar consequências, se não gostarem das sanções impostas por violarem os padrões de certificação. Esse envolvimento conjunto de ONGs e empresas em esquemas de certificação costuma enfraquecer as lutas das comunidades locais, por exemplo, quando as empresas dizem, atualmente: “Nós temos apoio das ONGs”. E os bancos podem continuar financiando a expansão do modelo destrutivo de plantações dizendo que financiam apenas a expansão das empresas que aderem à RSPO ou ao FSC (12). No entanto, a destruição das florestas e a violação dos direitos das comunidades continuam quando existem grandes plantações industriais de árvores, sejam elas certificadas ou não.

Jutta Kill, jutta [at] wrm.org.uy

Membro do secretariado internacional da WRM

(1) O FSC foi fundado em 1993, com a missão de “promover uma gestão ambientalmente adequada, socialmente benéfica e economicamente viável das florestas do mundo”. A organização define a gestão “ambientalmente adequada” como “aquela que garante que a produção de madeira, produtos não madeireiros e serviços ecossistêmicos mantenha a biodiversidade, a produtividade e os processos ecológicos da floresta”. A RSPO foi fundada em 2001, como uma iniciativa conjunta entre a indústria do óleo de dendê e algumas ONGs internacionais, tendo o WWF como um dos principais atores. A RSPO tem hoje mais de 750 membros, sendo que apenas 13 deles são ONG, e os outros – mais de 700 – são empresas relacionadas ao comércio internacional de óleo de dendê. A RSPO concede certificados para produtores de óleo de dendê com base em um conjunto de princípios e critérios aprovados por seus membros e verificados em campo por auditores terceirizados pagos pelas empresas que solicitam a certificação.

(2) Veja, por exemplo, o conjunto de materiais em <http://wrm.org.uy/all-campaigns/international-day-of-struggle-against-monoculture-tree-plantations-2017/> e <http://wrm.org.uy/browse-by-subject/tree-plantations/certification/>

(3) Site da RSPO: Impactos. <http://www.rspo.org/about/impacts>

(4) M. Colchester, 2016. Do commodity certification systems uphold indigenous peoples’ rights? Lessons from the Round Table on Sustainable Palm Oil and Forest Stewardship Council. In: Pavel Castka et al. Certification and



Biodiversity – How Voluntary Certification Standards impact biodiversity and human livelihoods. Policy Matters, Edição 21.

https://www.iucn.org/sites/dev/files/policy_matters_21_chapter_10_do_commodity_certification_systems_uphold_indigenous_peoples_rights_lessons_from_the_roundtable_on_sustainable_palm_oil_and_forest_stewardship_council.pdf

(5) D. Ruyschaert, 2016. The Impact of Global Palm Oil Certification on Transnational Governance, Human Livelihoods and Biodiversity Conservation. In: Pavel Castka et al. Certification and Biodiversity – How Voluntary Certification Standards impact biodiversity and human livelihoods. Policy Matters, Edição 21.

https://www.iucn.org/sites/dev/files/policy_matters_21_chapter_3_the_impact_of_global_palm_oil_certification_on_transnational_governance_human_livelihoods_and_biodiversity_conservation_0.pdf

(6) FSC Market Info Pack. *An overview of the Forest Stewardship Council market developments, statistics, and trends.* <https://ic.fsc.org/en/for-business/fsc-tools/local-market-successes/fsc-market-info-pack>

(7) Mighty Earth, 2016. Palm Oil's Black Box. How agribusiness giant Olam's emergence as a major palm oil trader is putting forests in Southeast Asia and Gabon at risk. http://www.mightyearth.org/wp-content/uploads/2016/07/Olam-technical-report_Dec-9_with-images_lowres1-002.pdf. Veja, também, o artigo do Boletim do WRM As plantações de dendê “verdes” são uma farsa: o caso da OLAM. Boletim 230 do WRM. <http://wrm.org.uy/articles-from-the-wrm-bulletin/section1/green-oil-palm-plantations-are-a-scam-the-case-of-olam/>

(8) Para mais exemplos, veja o site da FSC Watch: <https://fsc-watch.com/>

(9) WRM, 2013. FSC consultation and complaints procedures: the case of Veracel Celulose in Brazil. <http://wrm.org.uy/books-and-briefings/new-briefing-on-fsc-certification-of-plantations/>

(10) *Condenan a Plantaciones de Pucallpa por destruir 5000 ha de bosques.* <https://www.servindi.org/24/05/2017/rspo-condena-plantaciones-de-pucallpa-por-su-destruccion-de-mas-de-5000ha-de-la-amazonia>

(11) M. Colchester et al. 2011. Human rights abuses and land conflicts in the PT Asiatic Persada concession in Jambi: report of an independent investigation into land disputes and forced evictions in a palm oil estate. <http://www.forestpeoples.org/en/topics/palm-oil-rspo/publication/2011/human-rights-abuses-and-land-conflicts-pt-asiatic-persada-conc>

(12) Greenpeace, 2017. ‘Dirty bank’ cleaning up its act? <http://geographical.co.uk/places/forests/item/2326-dirty-bank-cleaning-up-its-act>

República do Congo: “Hoje em dia, as plantações da ATAMA são uma fonte de insatisfação para as comunidades locais e para toda a nação”



Em 2013, a Wah Seong Berhad, uma empresa da Malásia sem experiência anterior no setor de óleo de dendê, anunciou sua decisão de investir 744 milhões de dólares em um período de dez anos para desenvolver um complexo agroindustrial e uma plantação de dendezeiros de 180 mil hectares na região de Sangha e Cuvette, cerca de 800 km ao norte de Brazzaville, capital da República do Congo. A subsidiária da empresa malásia, ATAMA Plantations, recebeu autorização do Ministério de Assuntos da Terra e Domínio Público do Congo para ocupar 470 mil hectares e desenvolver plantações de dendezeiros. Os 180 mil hectares de Sangha fazem parte dessa concessão.



A expectativa era de que a fábrica gerasse cerca de 20 mil postos de trabalho e produzisse 720 mil toneladas de óleo de dendê em seu pico de produção. A empresa falava da criação do “maior projeto de óleo de dendê na região da bacia do Congo”, (1) dizendo, em 2013, que até o final de 2014 seriam plantados 2 mil hectares de dendê. Naquele momento, a ATAMA anunciou que a produção começaria em 2017, mas, até agora, muito poucos dendezeiros foram plantados, e parece altamente improvável que a plantação existente produza algo próximo das 170 mil toneladas iniciais de óleo de dendê anunciadas em 2013.

Ao mesmo tempo, a ATAMA está retirando madeira de alto valor comercial. Na verdade, a extração está superando em muito a plantação de dendezeiros. Em 2016, a empresa também anunciou: “A partir do ano passado, [...] também reduzimos nossa participação para 49% e estamos abertos a sair desse negócio.” (2) Em fevereiro de 2017, a empresa teve suas atividades fraudulentas de corte suspensas pelo governo congolês. (1)

O WRM conversa com Nina Cynthia Kiyindoun Yombo, responsável do programa sobre Recursos Naturais e Comunidades da Floresta no Observatório Congolês sobre Direitos Humanos (OCDH – *Observatoire Congolais des Droits de l’Homme*), com relação às conclusões de sua recente visita à região de Sangha.

WRM: Você visitou recentemente a região de Sangha, onde a ATAMA Plantations recebeu uma concessão para fazer plantações de dendezeiros em 180 mil hectares. Quais foram as principais conclusões da sua missão de campo?

Nina Cynthia Kiyindou Yombo: Em nossa última missão, em março de 2017, conseguimos fazer várias observações, como:

- Uma frota de veículos quase que inteiramente formada por equipamentos de silvicultura;
- Uma serraria localizada no meio da floresta, que está funcionando a plena capacidade e processando apenas a madeira de maior valor;
- Madeira oriunda de corte seletivo em uma área não autorizada;
- Uma plantação de dendezeiros ainda em seu estágio incipiente;
- Resíduos de madeira incinerados, sem possibilidade de aproveitamento ecológico;
- Trabalhadores mal remunerados, sem qualquer tipo de seguridade social;
- Comunidades exploradas que são intimidadas e reprimidas e, por isso, não afirmam seus direitos;
- Um lote cheio de madeira comercial de alto valor;
- Descumprimento das especificações do projeto.

WRM: Qual é a situação real da plantação de dendê e da fábrica atualmente? O que aconteceu com a geração de empregos prometida como resultado da fábrica de óleo de dendê?



Nina Cynthia Kiyindou Yombo: Como eu disse anteriormente, a plantação ainda está em sua fase inicial. As plantas do viveiro não foram transferidas a tempo de iniciar a produção. A ATAMA Plantations está atuando como uma verdadeira empresa florestal e agrícola.

A promessa de geração de empregos se tornou uma isca para atrair o governo e conquistar sua confiança. Todas as empresas que se estabelecem em nosso país usam esse motivo para convencer o governo, cuja política de diversificação econômica visa gerar empregos. Assim como outras empresas, a ATAMA Plantations prometeu criar 20 mil postos de trabalho, mas a realidade é que esses empregos nunca foram criados. Hoje, existem apenas 80 funcionários no local, dos quais cinco são fixos. Os empregos criados não são do tipo permanente, que pudesse proporcionar condições de vida dignas e aceitáveis aos funcionários. Esses empregos não oferecem qualquer tipo de seguridade social. Os trabalhadores estão expostos. A ATAMA Plantations deveria ser um importante fator de desenvolvimento econômico na região e proporcionar valor agregado à economia nacional. O que vemos acontecer hoje é o oposto: os membros da comunidade local não estão conseguindo empregos nem se beneficiando dos impactos das operações da empresa. Essas comunidades – principalmente a de Yengo-Mambili – se levantaram para exigir vários benefícios da empresa, e a revolta foi rapidamente reprimida. A ATAMA Plantations é hoje uma fonte de insatisfação para as comunidades locais e para toda a nação.

A construção da fábrica de óleo de dendê está longe de ser finalizada porque a ATAMA Plantations está voltada apenas à colheita de madeira, em vez de desenvolver plantações de dendezeiros. Eles nem sequer se deram o trabalho de separar os dendezeiros que começaram a produzir no viveiro de mudas, e ainda não terminaram de limpar os 5 mil hectares concedidos a eles em 2013, mas estão fazendo cortes seletivos de espécies de madeira rentáveis no segundo bloco, sem autorização da administração florestal. Está claro que o objetivo de finalizar a fábrica em 2017 não será cumprido. O governo precisa tomar medidas para condenar esse tipo de empresa que vem aqui enriquecer à custa das comunidades locais e das populações indígenas. A decisão tomada em fevereiro último, de interromper o corte seletivo fraudulento, não se aplica a todas as operações da empresa, apenas ao corte fraudulento.

WRM: Por que a empresa está cortando muito mais rápido do que planta dendezeiros?

Nina Cynthia Kiyindou Yombo: A ATAMA Plantations está inscrita como empresa agrícola no Registro Comercial e de Crédito (RCM, na sigla em francês), mas, na prática, exerce uma atividade que deveria ser exclusiva de uma empresa florestal, com corte seletivo de espécies comerciais de alto valor. Ao chegar na plantação da ATAMA, imediatamente se percebe algo: essa empresa agrícola possui uma frota de veículos que é constituída principalmente por equipamentos de transporte de madeira. A empresa construiu uma serraria no meio da floresta, localizada a cerca de 18 quilômetros da estrada nacional nº 2. As fotografias mostram isso. Eu me pergunto se isso é tudo uma cortina



de fumaça. Será que eles não são uma empresa de exploração madeireira disfarçada de empresa agrícola?

WRM: É possível indicar as perdas ao tesouro congelês se a ATAMA abandonasse seu contrato de concessão, agora que retirou madeira muito valiosa, mas ainda não investiu muito nas plantações de dendezeiros e na fabricação de óleo? Quanto uma madeireira teria que pagar oficialmente a mais por uma quantidade equivalente de madeira retirada?

Nina Cynthia Kiyindou Yombo: Um economista conseguiria responder melhor a essa pergunta realizando um estudo, mas, para lhe dar uma ideia, eu acho que devemos levar em conta a tributação florestal. A madeira produzida por uma empresa florestal gera mais valor agregado para a economia nacional porque as empresas florestais pagam imposto de renda de pessoa jurídica, licenças, imposto sobre direitos de propriedade, imposto sobre a propriedade rural, imposto de exportação, sobretaxa (sobre toda a madeira não processada exportada além de 15% da madeira total produzida). Mas uma empresa de agronegócio que limpe uma área florestal pagará apenas imposto sobre o corte, imposto de renda e outros impostos específicos para o setor agrícola. Além disso, as empresas florestais são obrigadas a processar localmente 85% da produção de madeira e criar empregos locais e nacionais. Elas devem atender aos requisitos sociais de interesse das comunidades locais e dos povos indígenas, cumprindo as especificações do projeto, que incluem um calendário de implementação. Isso dá oportunidades de desenvolvimento local às comunidades. Além disso, cria-se um fundo de desenvolvimento local a partir de uma contribuição de 200 Francos CFA [cerca de 0,36 dólares] por metro cúbico de madeira colhida para apoiar atividades econômicas realizadas pelas comunidades. Essas verbas existem nas concessões florestais organizadas, e as comunidades desenvolvem atividades econômicas para gerar riqueza e, assim, contribuir para o desenvolvimento nacional.

WRM: O Ministério de Desenvolvimento Sustentável, Economia Florestal e Meio Ambiente ordenou recentemente a suspensão do corte de madeira. O corte parou? Quais os motivos da suspensão? A medida conseguiu parar a extração de madeira?

Nina Cynthia Kiyindou Yombo: A interrupção ordenada em fevereiro de 2017 se aplica às operações fraudulentas de corte seletivo no segundo bloco de 5 mil hectares, para as quais não havia licença nem foi pago qualquer imposto sobre o corte. De acordo com a intenção dessa decisão, a ATAMA Plantations continuará suas atividades de corte de árvores na área de 5 mil hectares para a qual recebeu uma licença e onde ainda há 3.500 hectares a serem colhidos. Também continuará a processar a madeira colhida nessa área porque a autorização afirma que a madeira dos 5 mil hectares é de propriedade da empresa. Devem ser impostas sanções à ATAMA Plantations por ter realizado uma atividade exclusiva das empresas florestais em uma área sem autorização.



WRM: Há muito existem dúvidas sobre as intenções reais do projeto. A suspensão do corte de madeira poderia ser apenas o primeiro passo antes de se cancelar completamente o contrato de concessão, tendo em conta as declarações públicas feitas pela empresa-matriz em 2016, de que poderia cogitar deixar o negócio de plantação de dendezeiros antes mesmo de começar a produção?

Nina Cynthia Kiyindou Yombo: O governo deve tomar medidas fortes para rescindir o acordo que o vincula à ATAMA Plantations, porque é um contrato unilateral no qual o governo não está ganhando muito e a empresa está tendo lucros imensos. Hoje, mais do que nunca, fala-se sobre a responsabilidade social das empresas, que envolve o cumprimento dos compromissos sociais, a legalidade e a proteção do meio ambiente. A ATAMA Plantations não tem nada a perder ao se afastar. Ela já recuperou seu investimento vendendo madeira produzida a um custo menor que o das empresas florestais. É um caso de concorrência desleal não declarada.

WRM: Como os moradores da região veem o projeto de óleo de dendê? Como o corte de madeira está afetando o modo de vida deles?

Nina Cynthia Kiyindou Yombo: A expansão das monoculturas de dendê sempre cria enormes problemas para as comunidades vizinhas, incluindo a redução de áreas para atividades rurais, pesca, caça (remoção de espécies selvagens) e a extração de produtos florestais não madeireiros (PFNM), uma vez que a cobertura florestal é completamente destruída. Portanto, será difícil para as comunidades encontrar árvores de uapaca (*Uapaca guineensis*), mel e mesmo plantas medicinais. Nesse momento, o problema não é grave porque as plantações estão apenas começando, mas quando elas se ampliarem completamente, as comunidades próximas podem ter dificuldades com a segurança alimentar. Deve-se observar que, nos contatos que tivemos com a organização de pescadores e camponeses, eles nos informaram que algumas fontes de água e alguns rios estão poluídos por óleos provenientes de inseticidas e herbicidas usados nos processos de tratamento das plantações.

WRM: Gostaria de fazer algum outro comentário?

Nina Cynthia Kiyindou Yombo: A ATAMA Plantations não cumpriu nenhum dos seus compromissos. As comunidades se queixaram disso e declararam que a empresa não fala com elas por causa de barreiras linguísticas. Há um mal-entendido, porque o intérprete é a interface entre essas comunidades e a empresa, e as comunidades dizem que são mal interpretadas. A floresta tem uma função essencial para essas comunidades. Sua substituição por grandes plantações de dendê tem um grande impacto sobre o modo de vida dessas comunidades.

Agradecemos a Nina Cynthia Kiyindou Yombo, da OCDH, pela entrevista. (<http://ocdh-brazza.org/>)

(1) Malaysian firm to invest \$744m in Congo palm oil project. <http://venturesafrica.com/malaysian-company-wah-seong-to-invest-744m-in-congo-palm-oil-project/>

(2) Wah Seong open to exit plantation business. <http://www.thestar.com.my/business/business-news/2016/10/17/wah-seong-to-exit-plantation-business/#xdkVuVulqXcXgiMR.99>

Para mais informações sobre a concessão de plantação de dendê de ATAMA Plantations, veja o relatório (em inglês): "Seeds of Destruction. Expansion of industrial oil palm in the Congo Basin: Potential impacts on forests and people," Rainforest Foundation UK, <http://www.rainforestfoundationuk.org/media.ashx/seeds-of-destruction-february-2013.pdf>



Árvores Frankenstein: plantações de árvores transgênicas ameaçam florestas e comunidades



Árvores transgênicas estão sendo desenvolvidas para ampliar o atual desastre das plantações industriais. Porém, após mais de 30 anos de pesquisa, essas árvores só foram aprovadas em dois países. Os álamos negros projetados para matar insetos foram plantados em 450 hectares na China, e eucaliptos transgênicos de crescimento mais rápido, desenvolvidos pela FuturaGene, subsidiária da Suzano, foram aprovados para plantação no Brasil, embora a empresa alegue que o plantio ainda não começou. Outras pesquisas estão sendo feitas no Brasil para produzir árvores transgênicas resistentes ao congelamento e tolerantes a herbicidas. O Departamento (Ministério) de Agricultura dos Estados Unidos propôs legalizar o eucalipto transgênico tolerante ao congelamento para ser plantado em todo o sul do país. No Chile, estão sendo pesquisadas árvores transgênicas tolerantes a insetos.

A indústria de produtos florestais afirma que as árvores transgênicas não prejudicam o meio ambiente, alegando que elas diminuirão a quantidade de herbicidas e pesticidas tóxicos usados nas plantações, salvarão as florestas nativas, mitigarão o aquecimento global, substituirão os combustíveis fósseis e até mesmo limparão locais de descarte de resíduos tóxicos. Mas, na realidade, as árvores transgênicas vão piorar os impactos já graves das plantações industriais de árvores, incluindo a destruição da biodiversidade, o esgotamento da água doce e dos solos, a aceleração das mudanças climáticas, o deslocamento forçado de pequenos agricultores e comunidades indígenas que vivem na floresta, além de graves efeitos sobre a saúde humana. A verdadeira motivação é o lucro.

O vento pode transportar o pólen das florestas por centenas de quilômetros. A liberação de árvores transgênicas levará a uma contaminação genética generalizada de florestas nativas e plantações não transgênicas, trazendo todos os seus impactos perigosos, inclusive muitos que não podem ser previstos. As descendentes de árvores contaminadas se tornariam contaminantes, em um ciclo incessante e irreversível.



As falsas promessas das árvores geneticamente modificadas: lições das lavouras transgênicas

Árvores tolerantes a herbicidas: as culturas transgênicas, modificadas para tolerar aplicações de herbicidas tóxicos, resultaram em aumentos de até três vezes no uso desses herbicidas. O uso de árvores transgênicas tolerantes aos herbicidas teria consequências potencialmente graves para comunidades próximas. As plantações dessas árvores seriam pulverizadas a partir do ar, fazendo com que o spray fosse levado pelo vento a áreas vizinhas onde poderia ser inalado. Também poderiam contaminar as fontes de água e alimentos das comunidades. Nas lavouras transgênicas, essa aplicação gerou “ervas daninhas” resistentes aos herbicidas, que levaram ao uso de herbicidas muito mais tóxicos, incluindo o 2,4-D, o ingrediente ativo no Agente Laranja.

Árvores resistentes a insetos: A ideia de árvores projetadas para matar insetos transforma toda a árvore em um pesticida. Nas lavouras, isso causou a evolução de “superinsetos” resistentes aos pesticidas que, por sua vez, resultam no uso de mais pesticidas, mais tóxicos. Essas árvores transgênicas também prejudicariam os insetos benéficos – e talvez outros animais e pássaros que se alimentem dos insetos-alvo.

Árvores de crescimento mais rápido: As árvores projetadas para crescer mais rapidamente trazem benefícios óbvios para a indústria de celulose e papel, cujo lucro está ligado a rotações rápidas. Porém, longe de ajudar a aliviar a pressão sobre as florestas nativas, essas plantações de árvores de crescimento rápido vão esgotar em pouco tempo as águas subterrâneas e os solos, e acelerar a conversão de florestas nativas em novas plantações. A fuga do gene de crescimento mais rápido para as florestas permitiria que as árvores transgênicas vencessem a competição com outras e, como essas árvores transgênicas não são nativas e são invasivas – como o eucalipto – elas poderiam facilmente não deixar espaço para plantas e animais nativos e impactar as comunidades que dependem das florestas nativas.

Contrariamente à propaganda da indústria, a intensificação das plantações de árvores não ajudou a proteger as florestas, mas levou à sua destruição acelerada. A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, a FAO, publicou um estudo que constatou que, entre 1990 e 2010, a quantidade de madeira colhida por hectare de terra aumentou em 50%, mas a quantidade de terras cobertas por plantações de árvores aumentou 60%.

Não surpreendentemente, os Estados Unidos cumprem um papel de liderança no desenvolvimento dessa tecnologia perigosa, com a empresa norte-americana ArborGen visando regiões do sudeste norte-americano, bem como o Brasil, para suas plantações de eucaliptos transgênicos.

As florestas do sul dos Estados Unidos abrigam uma abundante diversidade de plantas e animais e bacias hidrográficas intactas, com muitas espécies que não são encontradas em nenhum outro lugar do mundo. Mas a pressão por *pellets* de madeira para abastecer as instalações de biomassa europeias levou a



cortes rasteiros e rápidos de florestas nativas na região. A introdução dos eucaliptos transgênicos da ArborGen para alimentar a biomassa aceleraria ainda mais esse desmatamento.

A ArborGen também enfatizou o papel fundamental do Brasil em seus planos para as árvores transgênicas, chamando o país de sua “geografia mais importante”. De 2002 até 2012, a diretora-presidente da empresa foi Barbara Wells, que havia chefiado a divisão de soja Roundup Ready da Monsanto no Brasil.

Com o seu potencial para devastar ecossistemas e comunidades em todo o mundo, e sem avaliações de risco minuciosas, a liberação de árvores transgênicas deve ser proibida.

Resistências locais contra as árvores transgênicas

No Brasil, no Chile e em todo o mundo, comunidades rurais e indígenas dependem de florestas nativas intactas para seu sustento, sua cultura, seu abrigo, sua água, seu combustível e sua alimentação. As plantações não podem atender a essas necessidades. Nos países onde as florestas nativas foram removidas e se desenvolveram plantações industriais de monoculturas de árvores, a biodiversidade e as comunidades indígenas e rurais pagam um preço alto. As árvores transgênicas, justificadas como uma solução para a crescente demanda por produtos de madeira, ampliarão esses problemas.

Em muitos países – Chile, Brasil, Indonésia, África do Sul – as plantações para obter madeira começaram ou se expandiram rapidamente durante os regimes autoritários. No entanto, as empresas continuam tomando terras e expandindo as plantações sob os paradigmas econômicos neoliberais que floresceram nos anos pós-autoritários.

No Chile, por exemplo, a expansão das plantações forçou as comunidades mapuches indígenas em direção a terras de baixa qualidade. As comunidades perdem o acesso à água durante a temporada de plantações do verão e precisam depender de caminhões de água. Algumas perderam todo o acesso à água. A contaminação das águas terrestres e superficiais por pesticidas e herbicidas usados nas plantações resulta em níveis crescentes de doenças em suas comunidades. Uma situação semelhante está ocorrendo no Brasil, nas comunidades rurais e indígenas onde as plantações de árvores estão localizadas.

Desde a explosão das plantações na terra Mapuche, os índices de pobreza entre essas comunidades aumentaram muito. Em Lumaco, uma das regiões mais pobres do Chile, 60% da população vivem abaixo do nível de pobreza e 33%, em extrema pobreza.

Aqueles que se opõem às plantações estão sujeitos à repressão política. No Chile, os ativistas mapuches são submetidos a leis “antiterrorismo” criadas pelos militares para suprimir a oposição ao regime ditatorial de Pinochet. O uso dessas leis nos julgamentos dos mapuches foi amplamente condenado,



inclusive pela Corte Interamericana de Direitos Humanos e pelo Relator Especial da ONU para os Direitos Humanos.

Ao mesmo tempo em que há pressão pela introdução das novas árvores transgênicas no Brasil, com o recente golpe de estado e a tomada do poder pelo presidente de direita, Temer, a situação das comunidades rurais, sem terra e indígenas é cada vez mais difícil.

A organização para enfrentar as árvores transgênicas no Chile, no Brasil e nos Estados Unidos vem acontecendo desde o início dos anos 2000. No Brasil, milhares de mulheres da Via Campesina e do Movimento Sem Terra (MST) comemoraram o Dia Internacional da Mulher, em várias ocasiões, destruindo eucaliptos e mudas de árvores transgênicas, mostrando o papel importante que as mulheres têm na defesa de territórios e na resistência a quem ameaça seus meios de subsistência e suas comunidades.

Anne Peterman, anne [at] globaljusticeecology.org
Global Justice Ecology Project, <http://globaljusticeecology.org/>

Aviões voando com óleo de dendê?

São as empresas de óleo de dendê que devem ganhar com os planos da OACI para os “combustíveis alternativos”



De 11 a 13 de outubro, a Cidade do México sediará uma “Conferência de Alto Nível sobre Aviação e Combustíveis Alternativos”, convocada pela Organização da Aviação Civil Internacional (OACI). A OACI é uma organização especializada da ONU, com um longo histórico de representação dos interesses da indústria de aviação, ou seja, de companhias aéreas e fabricantes de aeronaves.



Antes da conferência, a Secretaria da OACI publicou uma proposta de “Visão”, que prevê o uso futuro de enormes quantidades de agrocombustíveis em aviões: 128 milhões de toneladas por ano até 2040 e 285 milhões de toneladas até 2050 (1). Para se fazer uma comparação, cerca de 82 milhões de toneladas de agrocombustíveis foram usadas no mundo em 2016 (2).

Os volumes propostos pela Secretaria da OACI parecem totalmente fora da realidade: as companhias aéreas são altamente sensíveis ao custo do combustível e é muito raro que qualquer agrocombustível chegue a preços comparáveis aos dos combustíveis fósseis. Atualmente, os agrocombustíveis mais baratos para a aviação custam quase três vezes mais do que a querosene à base de petróleo (3) – o que é muito mais do que os agrocombustíveis usados em carros. A Secretaria da OACI está apoiando os pedidos de subsídios do setor, mas haverá um limite à quantidade de subsídios que os países estarão dispostos a pagar ou transferir aos passageiros. No entanto, como explicado abaixo, em breve podem surgir agrocombustíveis de aviação muito mais baratos no mercado, que sejam adequados para misturas de até 15%.

Contudo, se fossem adotadas, as propostas da OACI poderiam causar danos muito graves, tendo a indústria da aviação e as empresas de óleo de dendê como as únicas a se beneficiar:

1) Isso vai legitimar expansões aeroportuárias em todo o mundo, o que significará mais emissões de gases de efeito estufa e mais poluição atmosférica e sonora.

O interesse da indústria da aviação – e da OACI – nos biocombustíveis decorre da busca de um crescimento rápido e sem fim. As emissões de gases do efeito estufa provenientes da aviação internacional cresceram 87% entre 1990 e 2014, mais do que as de quase qualquer outro setor (4). A expectativa da indústria é de que o volume de viagens aéreas quase dobre até 2035 (5). As taxas de crescimento ultrapassam o potencial de melhorias na eficiência, e não há soluções tecnológicas no horizonte que possam permitir que os aviões voem sem queimar combustíveis líquidos. Para desviar as exigências de limites genuínos às emissões e, portanto, ao crescimento, a OACI aprovou o conceito proposto pela indústria, sobre um “crescimento neutro em carbono”, que depende principalmente de compensações de carbono na aviação – amplamente condenadas por mais de 100 grupos da sociedade civil no ano passado (6) – e dos agrocombustíveis, falsamente classificados como “neutros em carbono”.

2) Qualquer uso em grande escala dos agrocombustíveis na aviação terá que usar óleo de dendê.

Como mostrará um novo relatório da Biofuelwatch (7), o único tipo de agrocombustível adequado para aviões e que pode ser produzido em quantidades substanciais, sem problemas técnicos, é o dos fabricados a partir de Óleo Vegetal Hidrotratado (HVO, na sigla em inglês). Fala-se em combustíveis de aviação gerados a partir de açúcar, madeira ou algas, mas



eles permanecem no domínio da ficção científica, mesmo que tenham sido produzidas pequenas quantidades a custos exorbitantes. O HVO depende de tecnologia e infraestrutura desenvolvidas para refinarias de petróleo. Em 2016, ele representou 4% da produção global de agrocombustíveis, mas cresceu mais de dez vezes acima da taxa dos agrocombustíveis em geral (8). Atualmente, os combustíveis do tipo HVO para aviões são muito mais caros do que o diesel HVO usado em carros. No entanto, as empresas esperam que seja aprovado em breve o diesel HVO mais barato para misturas de até 15% com combustível para aviões a jato à base de petróleo, o que significa que uma simples ampliação dos atuais subsídios aos agrocombustíveis de aviação poderia bastar para criar um novo mercado de proporções significativas. A matéria-prima representa 60-80% do custo dos combustíveis HVO, e o óleo de dendê é, de longe, o mais barato, além do óleo de cozinha usado e das gorduras animais, cuja oferta é escassa. Além disso, o processo de refino do óleo de dendê é mais barato do que os dos outros óleos vegetais.

Como escrevi no boletim de maio do WRM (9), a produção de HVO foi responsável pelo aumento acentuado do uso de óleo de dendê nos agrocombustíveis da União Europeia nos últimos anos, então, se as companhias aéreas comesçassem a usá-lo em grande escala, o uso do óleo de dendê também cresceria inevitavelmente.

Até agora, as companhias aéreas evitaram o uso de óleo de dendê, mesmo no número limitado de voos que já utilizaram misturas de agrocombustíveis, por receio de má publicidade. A OACI certamente não vai sair a público “apoiando” o óleo de dendê, mas é impossível conceber a ampliação dos biocombustíveis de aviação sem o seu uso.

A Neste Oil – maior produtora de HVO – está em busca de uma opção para colocar o óleo de dendê em motores de avião. Ela faz uma classificação discutível de uma fração do óleo de dendê bruto como sendo “resíduo” (10) e se recusa a divulgar o quanto de seus “78% de descarte e resíduo” consistem nesse óleo de dendê. Ao mesmo tempo, a Indonésia e a Malásia intensificaram a pressão sobre a UE para que não haja “discriminação” contra o óleo de dendê nos agrocombustíveis, usando e ameaçando recorrer a negociações e acordos comerciais para proteger seus mercados crescentes (11). Uma vez que exista um mercado para agrocombustíveis na aviação, podem-se esperar pressões e táticas desse tipo.

3) Mesmo que o novo mercado para agrocombustíveis de aviação permaneça pequeno, a simples divulgação disso poderia desencadear mais concentração de terras e investimento em óleo de dendê.

A divulgação enganosa de um mercado futuro pode ter impactos tão graves quanto a demanda real. Assim, a ActionAid descobriu que, em maio de 2013, investidores europeus adquiriram 6 milhões de hectares de terra na África subsaariana para a produção de agrocombustíveis para a União Europeia, mas a UE não importou quase nenhuma matéria-prima para agrocombustíveis da África. A concentração de terras em uma escala tão grande foi legitimada e incentivada por uma mera “promessa” de demanda futura.



Portanto, a oposição à promoção dos agrocombustíveis de aviação – tanto na OACI quanto em diferentes países e regiões – será fundamental para evitar o surgimento de mais um mercado para o óleo de dendê que alimente o crescimento das plantações. Ao mesmo tempo, é importante que a sociedade civil não faça inadvertidamente o jogo das empresas de plantações, exagerando a escala provável de um mercado futuro desse tipo e, assim, contribuindo para a propaganda enganosa a respeito disso.

Almuth Ernsting, *almuthbernstinguk [at] yahoo.co.uk*
 Biofuelwatch, <http://www.biofuelwatch.net/>

- (1) *Proposed ICAO Vision on Aviation Alternative Fuels*, 2017, https://www.icao.int/Meetings/CAAF2/Documents/CAAF_2_WP_013_4.en.pdf
- (2) *BP Statistical Review of World Energy*, junho de 2017, bp.com/content/dam/bp/en/corporate/pdf/energy-economics/statistical-review-2017/bp-statistical-review-of-world-energy-2017-renewable-energy.pdf
- (3) *Sub Group on Advanced Biofuels*, European Commission, fevereiro de 2017, platformduurzamebiobrandstoffen.nl/wp-content/uploads/2017/07/2017_SGAB_Cost-of-Biofuels.pdf
- (4) *National greenhouse gas inventory data for the period 1990-2014*, UNFCCC, <http://unfccc.int/resource/docs/2016/sbi/eng/19.pdf>
- (5) *IATA Forecasts passenger demand to double over 20 years*, outubro de 2016, <http://www.iata.org/pressroom/pr/Pages/2016-10-18-02.aspx>
- (6) *International Civil Society Statement*, setembro de 2016, fern.org/sites/fern.org/files/Final_September.pdf
- (7) O relatório da Biofuelwatch sobre agrocombustíveis de aviação estará disponível em biofuelwatch.org.uk/2017/aviation-biofuels a partir de 6 de outubro de 2017
- (8) *Renewables 2017, Global Status Report*, http://www.ren21.net/wp-content/uploads/2017/06/17-8399_GSR_2017_Full_Report_0621_Opt.pdf
- (9) *Demanda fabricada: os fatores que impulsionam as políticas por trás do crescimento implacável do consumo de óleo de dendê*, Boletim 230 do WRM, abril-maio de 2017, wrn.org.uy/articles-from-the-wrm-bulletin/section1/manufactured-demand-the-policy-drivers-behind-the-relentless-growth-of-palm-oil/
- (10) O Destilado Ácido de Óleo de Dendê (PFAD) é a parte não comestível do óleo de dendê cru, que seria usado em sabões, cosméticos, etc.
- (11) *Palm oil for fighter jets*, Euractiv, setembro de 2017, euractiv.com/section/biofuels/news/palm-oil-for-fighter-jets-under-eu-attack-producers-look-for-alternatives/

Argentina: nova lei promove plantações de monoculturas de árvores na província de Córdoba



Córdoba, localizada na região central da Argentina, é uma das cinco maiores províncias do país. Entre 1904 e 2004, perdeu 95% da sua floresta nativa, principalmente como resultado da expansão da agricultura em grande escala. Seus índices anuais de desmatamento estão entre os mais altos do mundo,



com graves consequências para o meio ambiente, a saúde e a soberania alimentar da população, de acordo com pesquisadores da Universidade Nacional de Córdoba (1).

O desmatamento continuou durante a última década na província, que hoje só conserva 3% de suas florestas, de acordo com dados da ONG paraguaia Guyra (2). Como consequência da destruição da floresta, nos últimos anos, ocorreram inundações graves tanto no centro quanto no sul do território.

Nesse contexto, o Governo e o Legislativo de Córdoba decidiram criar o Plano Provincial Agroflorestal (3), uma lei que promove monoculturas de árvores exóticas e o desenvolvimento da indústria florestal, e anunciaram, em agosto de 2017, que querem reflorestar 150 mil hectares nos próximos dez anos.

O Plano Agroflorestal de Córdoba faz parte do avanço contínuo do agronegócio sobre a floresta nativa e as terras camponesas e indígenas da Argentina. As graves consequências desse modelo extrativo se tornaram mais intensas nos últimos 20 anos, com deslocamento de comunidades rurais para as periferias pobres das cidades, aumento das doenças causadas pelo uso de agrotóxicos, inundações resultantes das mudanças no uso da terra, incêndios e perda de soberania alimentar.

Essa nova lei foi apresentada pelas autoridades como uma solução para problemas ambientais e sociais, mas a Coordenação Provincial em Defesa da Floresta Nativa, que reúne mais de 80 organizações cidadãs, camponesas e indígenas da província, se opôs a ela. Seus membros entenderam que a iniciativa é uma falsa solução para o problema do desmatamento e busca apenas promover o negócio das plantações industriais.

“É um instrumento de fomento econômico a monoculturas de pinus e eucaliptos através do qual o Estado subsidia o plantio dessas espécies exóticas (...) e beneficia os grupos econômicos do agronegócio”, afirmaram em uma carta pública (4). “Uma lei na esfera ambiental deve ser feita para proteger, e a monocultura de pinus e eucaliptos não é o caminho para atingir esse objetivo”, disseram.

A lei forçará os agricultores a plantar árvores em pelo menos 2% de suas terras agrícolas nos próximos dez anos, mas permite que o proprietário da terra não as plante em sua propriedade, e sim compre uma “parcela” da plantação, no que será chamado de “massas arbóreas agregadas”. Essas árvores são plantações de monoculturas que cumprirão as porcentagens obrigatórias a ser florestadas por diferentes produtores da mesma região.

O governo argumenta que é uma política de proteção do meio ambiente porque, segundo ele afirma, as plantações de árvores regulam o nível da água, ajudam a conservação do solo e captam o dióxido de carbono da atmosfera. No entanto, pelo menos três questões fundamentais não são claramente informadas à sociedade:



Promoção das plantações de monoculturas: para o Estado cordobês, dá no mesmo que o produtor rural plante espécies nativas em pequena escala com a intenção de recompor a floresta ou desenvolva uma monocultura comercial com espécies exóticas, com os impactos que isso acarreta.

Impactos das plantações de monoculturas: as plantações industriais de árvores esgotam a água, deterioram os solos e causam danos à saúde e ao meio ambiente pelo uso de pesticidas. Além disso, contribuem para a emissão de gases de efeito estufa em função do dióxido de carbono liberado pelas árvores quando são cortadas. Isso é agravado pelo aumento do risco de incêndios, que já são um problema grave nas regiões montanhosas da província.

Subsídios (e, portanto, maiores benefícios) àqueles que desmataram: O Estado subsidiará o reflorestamento dos campos com isenções fiscais e contribuições não reembolsáveis, sem levar em conta se esses mesmos proprietários fizeram cortes ilegais anos atrás. Na Argentina, esses benefícios existem desde 1999, através da Lei de Investimento de Florestas Cultivadas (5). Em maio de 2017, o governo do país anunciou que estenderá esses benefícios até 2030 com o objetivo de aumentar as plantações no país em 800 mil hectares, segundo informou a imprensa local (6). De acordo com dados oficiais, a Argentina hoje tem 1,2 milhão de hectares plantados com monoculturas comerciais, principalmente coníferas e eucaliptos (7).

O lobo cuidando das ovelhas

A autoridade encarregada da implementação do Plano Agroflorestal de Córdoba será o Ministério da Agricultura e Pecuária da Província, que apresentou o projeto de lei com o apoio de agências estatais e câmaras empresariais da agroindústria, que a Coordenadora em Defesa da Floresta Nativa identifica como os principais responsáveis pelo desmatamento das últimas décadas.

“O suposto enriquecimento da floresta que eles dizem ser promovido pela lei agroflorestal estará nas mãos do Ministério da Agricultura, que permitiu a devastação da província por monoculturas agrícolas e fumigações com pesticidas perto das casas”, disse Laura Dos Santos, membro da Coordenadora. “Eles são os responsáveis pela inundação do território ao destruir a floresta, e agora terão o plano agroflorestal em suas mãos”.

Quatro meses antes da aprovação do Plano, o Governo de Córdoba anunciou a assinatura de um acordo de um milhão de dólares com a província de Misiones para comprar tecnologia para desenvolver monoculturas (8). A empresa Biofábrica Misiones S. A., dedicada ao desenvolvimento biotecnológico de espécies florestais comerciais, prestará esses serviços a Córdoba (9).

Misiones é uma das províncias que concentram a maior produção de madeira na Argentina (10). Lá, nas últimas décadas, as empresas florestais – a principal



delas, a chilena Celulosa Arauco – avançaram de forma dramática com suas monoculturas em territórios camponeses e terras indígenas (11).

Sem ordenamento territorial da floresta

Além de denunciar que o Plano Agroflorestal é feito sob medida para as empresas do agronegócio, as organizações de defesa da floresta se perguntam onde as árvores serão plantadas se não há um mapa de uso da terra que indique com certeza a situação atual.

Desde 2007, a Argentina tem uma lei que obriga as províncias a elaborar um mapa do Ordenamento Territorial da Floresta Nativa e atualizá-lo a cada cinco anos (12). Nele se identificam as diferentes áreas com cobertura vegetal que são classificadas de acordo com o nível de proteção. De acordo com a lei, a construção desse mapa deve ser feita através de um processo participativo que envolva toda a sociedade.

No entanto, desde dezembro de 2016, o Governo de Córdoba tentou avançar na atualização do mapa e na reforma da lei florestal da provincial sem o processo de participação cidadã (13). Além disso, as mudanças propostas permitiram mais desmatamento na província.

Isso gerou grande rejeição social. Foi nesse momento que as assembleias cidadãs em defesa da saúde e do meio ambiente, juntamente com organizações camponesas, indígenas e ambientalistas, se organizaram na Coordenação em Defesa da Floresta Nativa e iniciaram um processo de informação e conscientização da população. Como resultado, nos meses de dezembro de 2016 e março e junho de 2017, foram realizadas marchas multitudinárias na capital provincial que fizeram o governo retroceder na tentativa de avançar com um ordenamento territorial sem participação cidadã.

Como não conseguiu continuar com a reforma da lei florestal, o governo provincial decidiu acelerar a sanção do Plano Agroflorestal. A apresentação do projeto e o acordo político no Legislativo foram tão rápidos que não deu tempo para as organizações desenvolverem o mesmo processo de informação e conscientização realizado meses antes.

No entanto, a partir da pressão popular, alguns legisladores promoveram uma mudança no conceito de “enriquecimento da floresta nativa”. No texto original do projeto se falava em enriquecer a floresta com “espécies florestais nativas ou exóticas de alto valor comercial”. Em vez disso, estabeleceu-se que isso só poderia ser feito com plantas nativas.

Também foi incluído um artigo que obriga a autoridade encarregada da implementação a elaborar e atualizar uma lista de espécies de árvores recomendadas de acordo com cada região e uma lista de espécies exóticas invasoras proibidas. Isso ainda não foi difundido.

Caminho de luta



O estabelecimento imediato da Coordenação em Defesa da Floresta Nativa diante da nova ameaça, no final de 2016, provou mais uma vez que, em Córdoba, é a sociedade organizada que defende a floresta diante do avanço das mineradoras apoiadas pelo Estado.

A velocidade da organização social responde a anos de experiência de luta e resistência nessa província. Entre os antecedentes mais próximos estão o triunfo histórico da comunidade de Malvinas Argentinas que, em 2016, após quatro anos de resistência, impediu que a Monsanto instalasse ali uma das maiores fábricas de sementes de milho da América Latina. A isso se somam a luta contra as fumigações, a mineração e o avanço imobiliário sobre a floresta.

Experientes e reforçadas pelos triunfos, as organizações cordobesas estão determinadas a continuar defendendo os 3% da floresta que ainda estão de pé.

Lucía Guadagno, luciag [at] wrm.org.uy
Membro do secretariado internacional da WRM

- (1) Cabido, M. e Zak, M. *Deforestación, agricultura y biodiversidad* (2010).
<http://www.unciencia.unc.edu.ar/2010/junio/deforestacion-agricultura-y-biodiversidad-apuntes>
- (2) Córdoba, un caso de estudio a nivel mundial. *Jornal La Voz del Interior*, 9 de março de 2017.
<http://www.lavoz.com.ar/ciudadanos/cordoba-un-caso-de-estudio-nivel-mundial>
- (3) Ley Nº 10467. Plan Provincial Agroforestal. Córdoba, Argentina. 2 de agosto de 2017.
http://www.legiscba.gob.ar/contenidos/themes/Legislativa-th01/descarga_documento.php?codi=71867
- (4) Carta de rejeição ao Plano Provincial Agroforestal: ¡No más plantaciones de Pinos y Eucaliptus! Coordinadora Provincial en Defensa del Bosque Nativo. Córdoba. 1 de agosto de 2017.
<https://www.facebook.com/notes/coordinadora-en-defensa-del-bosque-nativo/carta-en-rechazo-al-proyecto-plan-provincial-agroforestal-no-m%C3%A1s-plantaciones-de/286366515170935/>
- (5) Ley de inversiones para bosques cultivados. Argentina. 1999.
<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/55000-59999/55596/texact.htm>
- (6) Gobierno nacional va por cambios en la Ley 25.080...Misiones Online. 15 de mayo de 2017.
<http://misionesonline.net/2017/05/15/gobierno-nacional-va-cambios-la-ley-25-080-promocion-forestal-hacia-desarrollo-industrial-compromiso-ambiental/>
- (7) Informe sobre el sector forestal. Ministerio de Agroindustria de la Nación argentina. Dezembro de 2015.
<http://forestoindustria.magyp.gob.ar/archivos/estadisticas/sector-forestal/sector-forestal-2014.pdf>
- (8) Córdoba avanza en el desarrollo forestal y ambiental. Gobierno de Córdoba. 20 de abril de 2017.
<http://prensa.cba.gov.ar/ciencia-y-tecnologia/cordoba-avanza-en-el-desarrollo-forestal-y-ambiental/>
- (9) Biofábrica puso en marcha la transferencia tecnológica en Córdoba. Biofábrica S.A. 4 de maio de 2017.
<http://www.biofabrica.com.ar/news/biofabrica-puso-en-marcha-la-transferencia-tecnologica-en-cordoba-20>
- (10) Informe sobre el sector forestal. Ministerio de Agroindustria de la Nación argentina. Diciembre 2015.
<http://forestoindustria.magyp.gob.ar/archivos/estadisticas/sector-forestal/sector-forestal-2014.pdf>
- (11) Misiones: organizaciones denuncian represalias y amenazas. Agencia de Noticias Redacción. 2 de septiembre de 2016.
- (12) Ley de Presupuestos mínimos de protección ambiental para el enriquecimiento, la restauración, conservación, aprovechamiento y manejo sostenible de los bosques nativos. Argentina. 2007.
<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/135000-139999/136125/norma.htm>
- (13) Ley provincial de bosques Nº 9814
<http://web2.cba.gov.ar/web/leyes.nsf/0/603DCE7A084735F10325777C006CCE5F?OpenDocument&Highlight=0,9814>
 y Proyecto de reforma de ley de bosques de Córdoba (http://www.legiscba.gob.ar/contenidos/themes/Legislativa-th01/descarga_documento.php?codi=68830.)



Recomendados

Dia Internacional de Luta contra as Plantações de Monoculturas de Árvores

No dia 21 de setembro, organizações e indivíduos do mundo todo dão visibilidade às inúmeras lutas contra a expansão das grandes plantações de monoculturas de árvores. Eucalipto, pinus, acácia, seringueira, teca, dendezeiro e outros tipos de plantações industriais causam impactos desastrosos. A data também enfatiza os impactos prejudiciais desse modelo de produção monocultor. Os danos incluem esgotamento das fontes de água, deslocamento ou cercamento de comunidades, desmatamento em grande escala, bem como a poluição do ar e da água devido ao uso de agrotóxicos, violações de direitos humanos e coletivos, leis trabalhistas e ambientais, destruição dos meios de subsistência, economias e culturas locais, e violência generalizada.

Participe das celebrações da resistência fértil que está crescendo em muitos lugares. Acesse a seção especial no site do WRM: <http://wrm.org.uy/pt/todas-as-campanhas/dia-internacional-de-luta-contra-os-monocultivos-de-arvores-2017/>

Estudo mostra impacto prejudicial do eucalipto sobre ecossistemas aquáticos

Uma equipe internacional de pesquisadores publicou um estudo na revista *Ecology and Evolution* que destaca os complexos impactos da introdução de uma espécie exótica. Desta vez, demonstrou-se que o eucalipto tem efeitos letais e subletais sobre larvas de insetos aquáticos, o que afetaria diferentes organismos que habitam os ecossistemas fluviais com plantações dessa espécie em suas margens. O estudo explica como as larvas afetadas pelo eucalipto são fundamentais nos rios, já que são dominantes nos ambientes mais intocados (pequenas nascentes) onde, além de servir de alimento para os peixes nativos, são responsáveis por fragmentar as folhas que caem da floresta – um processo fundamental para o funcionamento desses ecossistemas.

Veja um artigo (em espanhol):

<http://www.naturalesudec.cl/estudio-demuestra-impacto-negativo-del-eucalipto-en-ecosistemas-acuaticos-dulceacuicolas/>

E o estudo (em inglês):

<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/ece3.3094/full>

O governo do estado de Karnataka, na Índia, proíbe plantar eucaliptos e acácias devido ao impacto sobre os níveis das águas subterrâneas

O plantio de eucaliptos e acácias em grande escala, no âmbito de um projeto apoiado pelo Banco Mundial, na Índia, não apenas espremeu o rico lençol freático nos distritos de Bengaluru Rural, Kolar e Chikkaballapur, como também afetou as quantidades anuais de chuva na região. Ao avaliar documentos de



pesquisas e observações feitas por funcionários de órgãos florestais e pesquisadores da agricultura e da geologia de várias organizações, um comitê especializado encabeçado pelo Ministro de Florestas, Ecologia e Meio Ambiente concluiu que as plantações de árvores foram responsáveis pela recente seca nesses distritos. Como consequência, o governo proibiu plantações de eucalipto e acácia em Karnataka desde fevereiro de 2017. Leia o artigo, em inglês:

<http://timesofindia.indiatimes.com/city/bengaluru/karnataka-state-govt-bans-planting-eucalyptus-acacia-trees-owing-to-impact-on-ground-water-level/articleshow/58712822.cms>

Uma revista das e para as comunidades afetadas pelas plantações SOCAPALM, e para elas

A quinta edição de “*Trait d’Union*”, uma revista trimestral que serve de ligação entre as associações de populações cercadas por plantações da SOCAPALM, sindicatos de trabalhadores e plantadores de dendezeiros, está disponível. As edições do *Magazine Trait d’Union* podem ser baixadas gratuitamente em www.palmespoir.org

Assine o Boletim do WRM

<http://wrn.us9.list-manage.com/subscribe?u=f91b651f7fecdf835b57dc11d&id=a6356dc0e0>

O boletim do WRM busca apoiar e contribuir com as lutas dos povos para defender seus territórios e florestas. A assinatura é gratuita.

Boletim mensal do Movimento Mundial pelas Florestas (WRM)

Este boletim também está disponível em Inglês, Espanhol e Francês

Editor em chefe: Winfridus Overbeek

Redatora responsável e coordenadora: Joanna Cabello

Apoio editorial: Elizabeth Díaz, Lucía Guadagno, Jutta Kill, Carolina Motoki y Teresa Pérez

Secretaria Internacional do WRM

Avenida General María Paz 1615 oficina 3. CP 11400, Montevideo, Uruguai

Tel/fax: +598 26056943

wrn@wrn.org.uy - <http://www.wrn.org.uy>